

Pequenos Projetos Ecosociais de quebradeiras de coco babaçu

Reflexões e aprendizados





CAPTA

GUIA DE ELABORAÇÃO DE
PEQUENOS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS
PARA ORGANIZAÇÕES DE BASE COMUNITÁRIA

ENCONTRE EDITAIS PARA FINANCIAMENTO DO SEU PROJETO

Aprenda a elaborar pequenos
projetos socioambientais e veja
oportunidades de financiamento.

www.ispn.org.br/capta



CERRATINGA

Conheça mais sobre frutos, produtos,
receitas, histórias e um pouco da cultura
dos povos e comunidades tradicionais do
Cerrado e da Caatinga.

www.cerratinga.org.br



ISPN

INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA

Conheça mais sobre o ISPN

www.ispn.org.br

Pequenos Projetos Eossociais de quebradeiras de coco babaçu

Reflexões e aprendizados

Organizadoras
Elisa Marie Sette Silva
Juliana Elisa Napolitano
Silvana Bastos



ISPN
INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA

Organização e consolidação do texto final

Elisa Marie Sette Silva, Juliana Elisa Napolitano e Silvana Bastos

Elaboração do conteúdo

Adriana Giovana Nava Silva, Elisa Marie Sette Silva, Fabio Vaz Ribeiro de Almeida, Isabel Benedetti Figueiredo, Juliana Elisa Napolitano, Rodrigo Almeida Noletto e Silvana Bastos

Elaboração de mapas

Renato Farias de Araújo

Revisão

Juliana Afioni

Fotos

Acervo ISPN (fotos tiradas pelos técnicos do ISPN ou cedidas pelos projetos apoiados), Peter Caton, Fernando Tatagiba

Colaboração

Ana Carolina Magalhães Mendes e Hélia Maria Pereira Costa (MIQCB), Selma Yuki Ishii (APA-TO) e Silvanete Matos Carvalho (Assema)

Equipe ISPN:

Adriana Giovana Silva, Antônio Pedro da Silva Neto, Aurilene de Araújo, Carlos Eduardo Rodrigues, Carolina Gomes, Donald Sawyer, Erinaldo da Silva, Fabiana de Castro, Fabio Vaz Ribeiro de Almeida, Félix Ferraz, Fernando Penna Sebastião, Francisca Miliano, Francisco Cândigo, Francisco do Nascimento Silva Júnior, Hélio Henrique Santos Filho, Isabel Figueiredo, Isabella Braga, João Guilherme Nunes Cruz, José Marques Neto, José Sousa de Andrade, Juliana Napolitano, Lanna Sousa, Liliane de Souza, Lirian Monteiro, Luciano Fernando da Silva, Luis Alberto Ferreira, Maria Geane Pimentel da Silva, Márcia Braga, Maria Suely Cardoso, Paulo Rogério Borges, Polyanna Campelo, Renato Araújo, Rodrigo Noletto, Ruthiane Pereira, Silvana Bastos, Sílvia Teixeira da Silva, Werlon Fontes.

Projeto gráfico e ilustrações

Selene Fortini

Esta publicação é uma realização do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN com apoio financeiro do Fundo Amazônia. Este documento é de responsabilidade dos seus autores e não reflete a posição dos doadores.

Ficha catalográfica

Pequenos Projetos Ecosociais de quebradeiras de coco babaçu: reflexões e aprendizados / Elisa Marie Sette Silva, Juliana Elisa Napolitano Silvana Bastos (organizadoras) - Brasília: ISPN, 2016. pp

116 p.

ISBN: 978-85-63288-22-6

1. Babaçu; 2. Quebradeiras de coco babaçu; 3. Projetos socioambientais; 4. Projetos Ecosociais; 5. Extrativismo.

Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
SHCGN CLR Quadra 709 Bloco “E” Loja 38, CEP 70.750-515 Brasília - DF
Contatos: (61) 3327-8085
instituto@ispn.org.br | www.ispn.org.br

**Nossos agradecimentos às organizações parceiras do ISPN
que contribuíram para a elaboração desta publicação:**

Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)
Associação Beneficente Quilombola dos Moradores do Povoado Canta Galo
Associação Comunitária de Educação, Saúde e Agricultura (Acesa)
Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR)
Associação de Moradores do Quilombo Rural da Ilha de Camaputiua (Amoquica)
Associação de Moradores, Produtores e Produtoras Rurais Extrativistas do Quilombo Bom Jesus
Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Resex Ciriaco (Atareco)
Associação dos/as Trabalhadores da Reserva Extrativista de Mata Grande (Atramag)
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema)
Associação Quilombola São Benedito dos Produtores Rurais de Oiteiro
Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip)
Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria
Cooperativa Agropecuária de Cotriguaçu (Coopercotri)
Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco Ltda (Coppalj)
Instituto Nacional de Apoio Profissional (Inap)
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)
Rede Cerrado



Sumário

- 6 Apresentação
- 9 Introdução
- 15 I. Babaçu: a palmeira mãe das quebradeiras de coco
- 23 II. As quebradeiras de coco babaçu
- 31 III. O Babaçu Livre e a Lei
- 39 IV. Territórios com projetos ecossociais de quebradeiras de coco
 - 42 Médio Mearim - MA
 - 52 Baixada Maranhense - MA
 - 58 Vale do Itapecuru - MA
 - 66 Bico do Papagaio - TO
- 79 V. Aprendizados e reflexões do ISPN
- 101 VI. Recomendações para quem apoia
- 109 VII. Considerações Finais
- 113 Bibliografia



Lista de abreviaturas e siglas

- Aaespac** | Associação Agroextrativista e Social do Projeto de Assentamento Canaã
- Acesa** | Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
- ACR** | Ação Católica Rural
- AEFALJ** | Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco
- AJR** | Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues
- AMB** | Associação das Mulheres de Buriti
- AMIQCB** | Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- AMTR** | Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues
- APA-TO** | Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins
- APL** | Arranjos Produtivos Locais
- Arent** | Associação da Reserva Extrativista Extremo Norte
- Asmubip** | Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio
- Assema** | Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
- Ater** | Assistência Técnica e Extensão Rural
- BNDES** | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAPADR** | Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
- CDB** | Convenção da Diversidade Biológica
- CIMQCB** | Cooperativa Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- CNAPO** | Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
- Conab** | Companhia Nacional de Abastecimento
- Conama** | Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CPT** | Comissão Pastoral da Terra
- COOAF-Bico** | Cooperativa da Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina
- Coopaesp** | Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis/MA
- Coppalj** | Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
- DOP** | Diagnóstico Organizacional Participativo
- EFA** | Escola Família Agrícola
- Fetaet** | Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins
- FIDA** | Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
- Funbabaçu** | Fundo Nacional de Apoio à Cultura da Palmeira do Babaçu
- Funbio** | Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
- GEF** | Fundo para o Meio Ambiente Global
- IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBio** | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IDH** | Índice de Desenvolvimento Humano
- Incra** | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ISPN** | Instituto Sociedade, População e Natureza
- Iterma** | Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
- MMA** | Ministério do Meio Ambiente
- MIQCB** | Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
- Nepe** | Núcleo de Programas Especiais
- ODS** | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU** | Organização das Nações Unidas
- PA** | Projeto de Assentamento
- PAA** | Programa de Aquisição de Alimentos
- PACT** | Programa de Apoio a Comunidades Tradicionais
- PBA** | Plano Básico Ambiental
- PGPM-Bio** | Programa de Garantia de Preços Mínimos dos Produtos da Biodiversidade
- Pnae** | Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PL** | Projeto de Lei
- PNCSA** | Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
- PNPCT** | Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
- PNUD** | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPP-ECOS** | Programa de Pequenos Projetos Ecosociais
- PTDRS** | Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Bico do Papagaio
- Renisu** | Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS
- SGP** | *Small Grants Programme*
- STTR** | Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais



Apresentação

O Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) é uma iniciativa liderada pelo ISPN de apoio a pequenos projetos de conservação e uso sustentável da biodiversidade, que geram grandiosos impactos na inclusão socioprodutiva de famílias no meio rural e na conservação dos agroecossistemas. De ação local e efeito global, o conjunto de 560 projetos, apoiados ao longo dos últimos 23 anos, tem mostrado o quanto que investimentos de pequena monta, quando bem aplicados, podem gerar melhoria na renda e na conservação das espécies e dos ecossistemas, provocando uma visível mudança no território e principalmente na qualidade de vida das comunidades.

Entre os diversos projetos apoiados pelo PPP-ECOS estão os de apoio às quebradeiras de coco babaçu do qual trata esta publicação. Vale destacar que a atividade de quebrar o coco babaçu é antiga e durante muitos anos foi a principal fonte de renda para que essas mulheres, mães de família, pudessem alcançar autonomia econômica para criar seus filhos e filhas, garantindo alimentos, remédios, vestimentas e demais necessidades básicas. Quebrar o coco babaçu, para além de ser atividade cultural, social e econômica, foi se constituindo como um movimento de resistência e luta pelo direito de acesso aos recursos naturais e ao território, do qual muitas quebradeiras foram expulsas no histórico processo agrário do país. Ainda hoje, muitas dessas mulheres vivem exclusivamente da extração do coco babaçu e enfrentam preconceito e diversas barreiras para manter a atividade extrativista. Algumas de natureza ambiental, como o sol forte, e outras de natureza humana, como a colocação de cercas eletrificadas, o desmatamento que dá lugar a pastos e plantações de soja, e a criação de búfalos próxima às áreas de coleta e acesso às palmeiras.

É importante compreender que a manutenção da atividade extrativista do coco babaçu é também essencial ao equilíbrio do meio ambiente e à recuperação de áreas desmatadas e degradadas da região, uma vez que a Mata dos Cocais, formada predominantemente por palmeiras, é uma formação vegetal secundária que surge da clara intenção da natureza em resistir à degradação causada pela intervenção humana na paisagem com o objetivo de reestabelecer as condições ecológicas daquele ecossistema. Por analogia, as quebradeiras de coco e as palmeiras do babaçu possuem uma história inseparável de luta e resistência em prol da vida.

Considerando a importância social, econômica e ambiental da atividade extrativista do coco babaçu

e a falta de motivação das famílias em se manterem na atividade devido ao baixo valor da amêndoa no mercado, o Comitê Gestor da Política de Garantia dos Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), aprovou o preço mínimo para o coco babaçu. Desde então, as quebradeiras de coco babaçu batem o recorde de acesso a essa política, o que tem garantido elevação de renda às famílias e melhoria na qualidade de vida, principalmente no estado do Maranhão.

Além da PGPM-Bio, ainda com certo grau de dificuldade, as quebradeiras de coco estão buscando acessar outros mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). No âmbito da ação governamental cabe destacar a publicação da Portaria nº 418, de 22 de setembro de 2016, pelo Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, que instituiu a Mesa de Diálogo com as Quebradeiras de Coco Babaçu para proposição, articulação, execução e monitoramento de políticas públicas e ações socioambientais para esse segmento extrativista. A Mesa de Diálogos é uma conquista do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que reúne mulheres dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

Outra iniciativa relevante que as quebradeiras têm participado é a estruturação do Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas - Planafe, que reúne ações de diversos ministérios para o desenvolvimento sustentável do extrativismo.

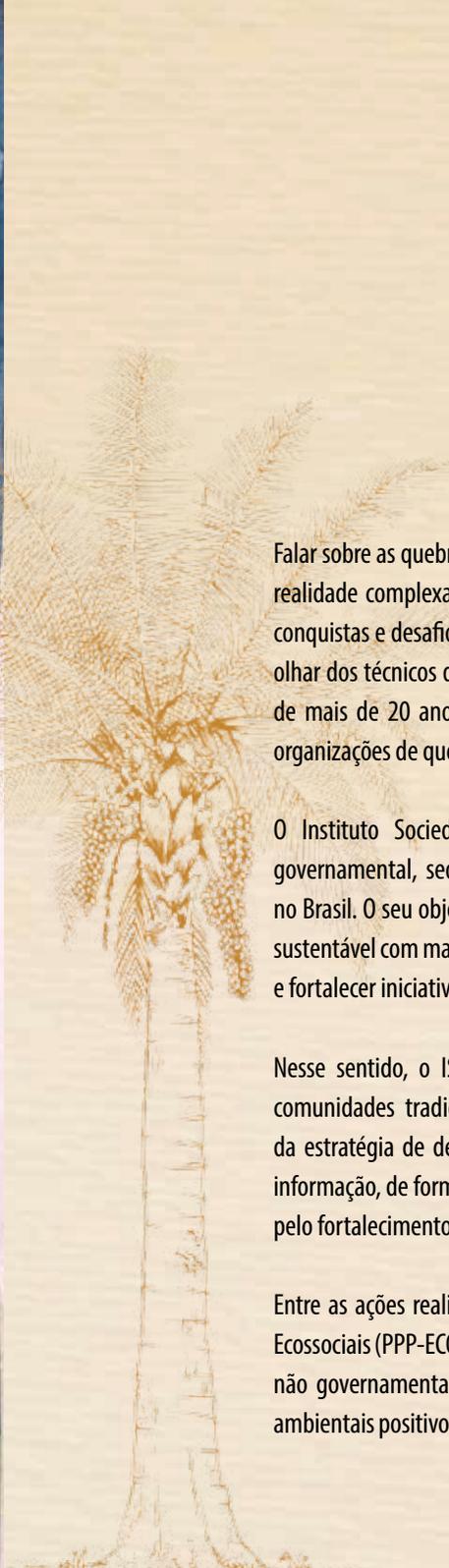
O cenário das políticas ambientais no Brasil é muito complexo e requer cada vez mais apoio e compromisso de toda a nação no sentido de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente, que passa necessariamente por reconhecer o direito a terra e ao território dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, condição fundamental para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica desses segmentos sociais.

Nesse sentido, contar com o compromisso e o apoio de programas como o PPP-ECOS é estratégico e fundamental. Espero que as reflexões e aprendizados contidos nesta publicação possam inspirar novas iniciativas e ideias que, como sementes, sejam dispersadas por todo o país e, caindo em solo fértil, possam brotar, criar raízes e frutificar. É urgente e imprescindível manter a esperança de que a mudança é possível.

Juliana Ferreira Simões

Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR
Ministério do Meio Ambiente - MMA





Introdução

Falar sobre as quebradeiras de coco babaçu e seus meios de vida envolve mostrar uma realidade complexa, repleta de dificuldades, mas também com muita poesia, lutas, conquistas e desafios. E para mostrar um pouco dessa complexidade, contamos com o olhar dos técnicos do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) que, ao longo de mais de 20 anos, têm acompanhado a realização de projetos que envolvem as organizações de quebradeiras e a cadeia produtiva do babaçu.

O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) é uma organização não governamental, sediada em Brasília, que desde 1990 atua na área socioambiental no Brasil. O seu objetivo principal é contribuir para a viabilização do desenvolvimento sustentável com maior equidade social e equilíbrio ambiental. Para isso, busca valorizar e fortalecer iniciativas que aliam conservação ambiental e geração de renda.

Nesse sentido, o ISPN atua no campo ecossocial com foco nos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares e suas organizações, por meio da estratégia de democratização do acesso a recursos financeiros, conhecimentos e informação, de forma adaptada às realidades e necessidades desse público, e da busca pelo fortalecimento da relação entre pesquisadores e comunidades.

Entre as ações realizadas pelo ISPN, a principal é o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS) que, desde 1994, já apoiou mais de 560 projetos de organizações não governamentais e de base comunitária que desenvolvem ações com impactos ambientais positivos, combinados com o uso sustentável da biodiversidade, nos biomas

Cerrado, Caatinga e Amazônia. O programa é realizado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiado pelo *Small Grants Programme* (SGP) do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF); e com o Fundo Amazônia, que apoia o programa com recursos doados pela cooperação norueguesa e alemã, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os pequenos projetos apoiados pelo PPP-ECOS abrangem diversos tipos de iniciativas, como: agroextrativismo, beneficiamento (frutos, castanhas, cocos e outros), agroindústrias (padarias, casas de farinha, casas de mel, fitoterápicos etc.), fabricação de artesanatos, biojoias, recuperação de áreas degradadas, manejo de recursos hídricos, produção agroecológica, criação de pequenos animais, dentre outros.

Em relação aos projetos que envolvem as quebradeiras de coco babaçu, ao longo de todos esses anos, o ISPN já apoiou aproximadamente 40 projetos de 26 organizações. Esses projetos realizam ações, como construção e adequação de locais para o beneficiamento da produção, desenvolvimento de novas técnicas produtivas e equipamentos, elaboração de planos de negócios, desenvolvimento de novos produtos, ampliação dos mercados acessados, realização de intercâmbios e processos de capacitação, entre outros.

O ISPN atua também de forma direta, prestando assessoria técnica a 25 comunidades onde vivem mulheres quebradeiras de coco babaçu, no Maranhão, no âmbito do Plano Básico Ambiental da duplicação da Estrada de Ferro Carajás da Vale S/A¹. Também em parceria com a Vale S/A, em janeiro de 2017 o ISPN lançou um edital em apoio a comunidades tradicionais quilombolas na área de abrangência do Programa de Apoio a Comunidades Tradicionais

¹ Este projeto pretende alcançar o fortalecimento institucional das organizações sociais de base nestas 25 comunidades do Maranhão. Sua principal estratégia se baseia em capacitações para o Desenvolvimento Organizacional Participativo (DOP), para Direitos Sociais e Políticas Públicas, para Administração de Organizações Sociais e para Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade. Tais capacitações culminam, ainda, em um edital de pequenos projetos para investimento na cadeia produtiva priorizada em cada comunidade.

(PACT)². Serão financiadas propostas no valor de até R\$ 40 mil, totalizando um investimento de R\$ 1 milhão para o desenvolvimento de atividades de apoio a cadeias produtivas locais, nas seguintes áreas temáticas: conservação e recuperação ambiental e atividades produtivas sustentáveis.

O ISPN é parceiro de instituições, como a Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip), a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), o Movimento e a Cooperativa Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB e CIMQCB), entre outras, e participa de atividades promovidas por essas organizações; acompanha momentos especiais de suas vidas, como planejamentos e seminários de avaliação; e já apoiou a concepção e a elaboração de projetos institucionais e estruturantes do trabalho realizado por elas.

No acompanhamento da execução dos projetos, os técnicos que trabalham no ISPN dialogam e aprendem muito sobre os babaçuais, as quebradeiras de coco babaçu e suas organizações, os principais desafios que enfrentam e as potencialidades de sua ação, tanto em âmbito econômico quanto social, político e ambiental. Esse rico aprendizado é a principal fonte na qual esta publicação se inspira. Consideramos que os pontos aqui apresentados são elementos fundamentais de apoio à reflexão sobre a atuação das comunidades e suas associações, por trazerem uma perspectiva estratégica para o conjunto dos desafios que enfrentam.

Adicionalmente, cabe mencionar que em 2016, o ISPN buscou sistematizar conhecimentos e divulgar resultados do trabalho de importantes organizações que atuam com as quebradeiras de coco babaçu, por meio da produção e lançamento do vídeo *Babaçu: Floresta de Vida*³ e do estudo realizado por Alvorí Cristo dos Santos, intitulado *Avaliação econômica de experiências desenvolvidas por projetos ecossociais agroextrativistas na cadeia do Babaçu*.

2 O PACT abrange comunidades inseridas nos municípios de Bacabeiras, Santa Rita, Itapecuru Mirim, Anajatuba, Miranda do Norte, Arari, Igarapé do Meio, Santa Inês, Pindaré Mirim, Bom Jardim, Buriticupu, São Pedro da Água Branca.

3 Disponível em <youtu.be/w7MCqdwR8w4>, acesso em 31 mai. 2017.

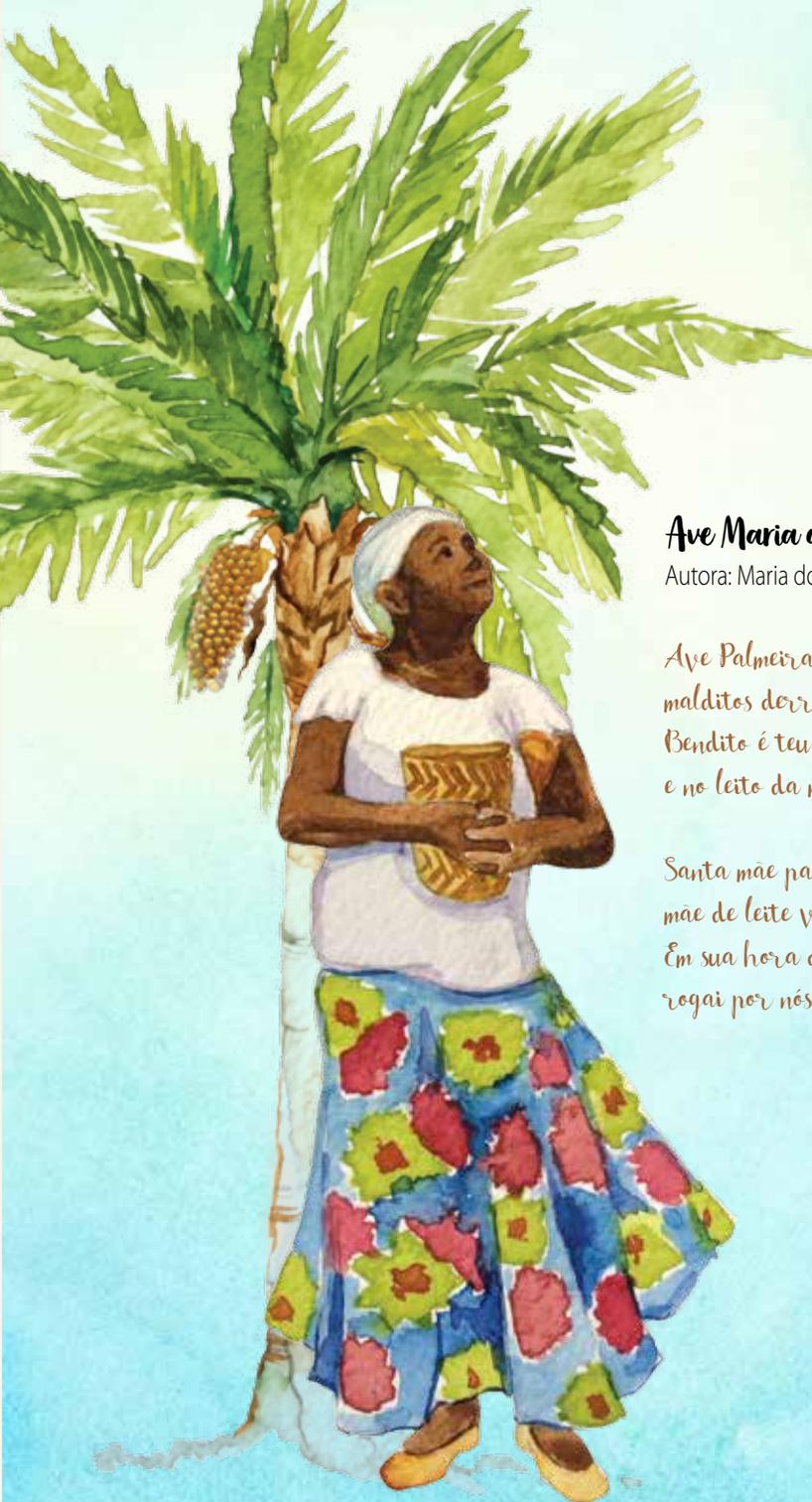
O estudo buscou fazer uma avaliação econômica das experiências agroextrativistas de projetos beneficiários do PPP-ECOS com foco na cadeia do babaçu nos estados do Tocantins, na Região do Bico do Papagaio; e do Maranhão, nas regiões da Baixada Maranhense, Vale do Itapecuru e Médio Mearim. Para tanto, construiu, registrou e avaliou indicadores ligados à sustentabilidade econômica da cadeia de valor do babaçu, considerando dados sobre a renda monetária e o autoconsumo, agregados a aspectos ambientais e sociais de famílias agroextrativistas.

Assim, a partir da experiência do ISPN e de seus parceiros no apoio a projetos ecossociais, orientados a superar obstáculos encontrados na produção, beneficiamento e comercialização do babaçu, buscamos reunir e organizar nossas percepções e aprendizados. Complementando o olhar dos técnicos, foram levantados dados diretamente com algumas quebradeiras, além de consulta a estudos, teses e outras publicações.

Esta publicação está organizada de forma a dar, inicialmente, um panorama sobre o que é o coco babaçu e quem são as quebradeiras de coco. A seguir, dá informações sobre os territórios onde se localizam os projetos e quais seus principais impactos. Apresentamos alguns aprendizados gerados pelo ISPN a partir de sua interação com as comunidades de quebradeiras de coco babaçu, relacionados a benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos da utilização do coco babaçu pelas quebradeiras.

Por fim, apresentamos recomendações a quem apoia projetos socioambientais, buscando influenciar gestores públicos, financiadores e organizações engajadas com o desenvolvimento sustentável, em suas tomadas de decisão, explicitando sugestões que venham a contribuir positivamente para a continuidade do extrativismo e comercialização dos produtos do babaçu e o fortalecimento das organizações.

Esperamos que esta publicação colabore para o reconhecimento da importância das quebradeiras de coco babaçu e de seu modo de vida para a conservação de nossas florestas, geração de renda, dignidade, cultura e arte.



Ave Maria das Quebradeiras

Autora: Maria do Socorro Teixeira Lima

*Ave Palmeira, que sofre desgraça,
malditos derrubam, queimam e devastam.
Bendito é teu fruto que serve de alimento
e no leito da morte ainda nos dá sustento.*

*Santa mãe palmeira,
mãe de leite verdadeiro,
Em sua hora derradeira,
rogai por nós quebradeiras.*



Foto: Acervo SPM/Peter Caton

I Babaçu: a palmeira mãe das quebradeiras de coco

"Coco babaçu, quebra coco, coco babaçu
Oi, que rola no chão lá do Maranhão
Babaçu no estrangeiro é óleo do Maranhão
É produto brasileiro e orgulho da nação [...]"⁴

Antes de falar das quebradeiras de coco e da importância socioambiental e econômica do babaçu, vamos apresentar a planta. Que palmeira é essa que compõe diferentes paisagens e possui uma enorme gama de produtos?

O babaçu é uma palmeira que pode alcançar até 30 metros de altura e possui suas características folhas arqueadas. Pode ser encontrada não somente no Brasil, mas também em outros países da América do Sul, como Bolívia, Guiana e Suriname. Em terras brasileiras, ocupa uma área de aproximadamente 25 milhões de hectares e ocorre mais expressivamente no Maranhão, Piauí, Pará e em Mato Grosso; e em partes isoladas dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rondônia e Tocantins⁵.

⁴ Trecho de música de Dilú Melo, disponível em: <youtu.be/Wi7aE__SCwA>, último acesso em 09 jan. 2017.

⁵ Há na literatura relatos de ocorrência em diversos estados, compilamos todas as referências dadas por Correia, 2012; Lorenzi, 2010; Henderson et al., 1995.

A palmeira tem maior ocorrência na denominada região ecológica do babaçu, que compreende as regiões de Cerrado, cocais, baixada e chapadões no Maranhão; o curso médio e baixo do rio Parnaíba, no Piauí; e as baixadas e vales úmidos, às margens dos rios Tocantins e Araguaia, no estado do Tocantins (ALMEIDA *et al.* 2005). O mapa *Cartografia Social dos Babaçuais: mapeamento social da região ecológica do babaçu*, lançado em julho de 2015 pelo projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, apresenta a composição e os limites dessa região⁶.

Ficha do Babaçu

Origem do nome

Vem do Tupi-Guarani, *ibá-guaçu*, que significa fruto grande⁷.

Nomes populares

babaçu, babassu, babaçuí, coco-palmeira, coco-de-macaco, coco-pindoba, coco-naiá, baguaçu, uauaçu, auaçu, aguaçu, bauaçu, guaguaçu, catolé, andaiá, andajá, indaiá, pindoba, pindobassu, dentre outros.

Nome científico

Attalea speciosa Mart.ex Spreng⁸

Família

Arecaceae



6 Disponível em: <www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/mapa_babacu_10.pdf>, acesso em 03 jul. 2017.

7 Fonte: <www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/babacu>, acesso em 26 jul. 2016.

8 Existem outras espécies de palmeiras denominadas babaçu e utilizadas de maneira semelhante pelas comunidades. Além disso, há certa confusão em relação ao nome, pois houve mudança no sistema de nomenclaturas. Por esse motivo, em muitos textos e publicações é utilizado o nome *Orbignya phalerata*, que é considerado válido, embora o uso não seja o mais indicado. O artigo *Qual o nome do babaçu* esclarece essa questão, disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-78602016000200533>, acesso em 28 dez. 2016.

A palmeira é conhecida como a mãe das quebradeiras de coco, pois dela pode-se aproveitar praticamente tudo: frutos, folhas, estipe e raízes. E cada uma dessas partes apresenta uma infinidade de usos e produtos possíveis de serem fabricados e que servem como: remédio, alimento, matéria-prima para construção e movelaria, artesanato, indústria de cosméticos, produção de biodiesel, dentre muitos outros. Para se ter uma ideia, a Comissão Europeia⁹ lista 29 substâncias químicas advindas do babaçu utilizadas como ingredientes em indústrias de cosméticos. Além disso, o babaçu é considerado a maior fonte de óleo silvestre do mundo (LORENZI et al., 1996). A figura a seguir apresenta um pouco sobre cada parte da planta e seus possíveis usos.



9 Ingredientes da indústria da Comissão Europeia, disponível em <ec.europa.eu/growth/tools-databases/cosing/index.cfm?fuseaction=search.results>, acesso em 09 jan. 2017.

A palmeira do babaçu é mais conhecida pelo uso de seu coco, principalmente de sua amêndoa. O coco é constituído, aproximadamente, da seguinte forma: 58,4% de endocarpo, 20,4% de mesocarpo, 12,6% de epicarpo e 8,7% de amêndoa. E cada parte do fruto possui uma variedade de usos, apresentados no esquema a seguir.



Fonte: adaptado de CARRAZZA et al. 2012.

10 Amorim *et al.*, 2006. Efeito do uso tópico do extrato aquoso de *Orbignya phalerata* (babaçu) na cicatrização de feridas cutâneas - estudo controlado em ratos, disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502006000800011>, acesso em 7 jun. 2017.

O endocarpo é bastante duro e isso dificulta a quebra do coco para a retirada das amêndoas, que não podem ser danificadas, uma vez que se tornam rançosas e perdem valor. A quebra tradicional do coco consiste em prender um machado embaixo da perna, apoiar o coco na lâmina do machado com uma das mãos e golpeá-lo com um porrete (CARRAZZA *et al.*, 2012).

Há máquinas que cortam o coco ao meio (processo semimecanizado), geralmente adotado por associações e cooperativas de quebradeiras. No entanto, o trabalho, em sua maioria, ainda é feito manualmente e, em geral, por mulheres, as chamadas “quebradeiras de coco babaçu”. No próximo capítulo falaremos um pouco sobre elas.

Uma curiosidade é que, além dos diversos produtos apresentados na imagem, há um considerado uma iguaria em determinadas regiões. Trata-se do gongo (*Pachymerus nucleorum*), um besouro cujas larvas se desenvolvem dentro do coco babaçu e são utilizadas como isca para pesca e, inclusive, na alimentação humana, frito e mesmo cru.

Por abranger tantos diferentes usos, a palmeira é uma espécie com grande importância na vida das famílias, pois é fonte de alimentos, recursos financeiros e de material para a construção de suas casas, carvão para os fogões caseiros, dentre muitos outros, fazendo parte, assim, da vida e da identidade das pessoas que dela fazem uso. Para as quebradeiras, “quem passa a vida inteira no cocal conversa com a palmeira e ela responde. Do jeito que a gente está, ela está. Do jeito que a gente sofre, ela sofre também”.¹¹ Por isso, para elas a palmeira é uma mãe que de todos cuida.



11 Comentário das quebradeiras durante reunião realizada no I Encontro de experiências e aprendizados do PPP-ECOS na Amazônia, em março de 2017.



Para conhecer mais sobre o beneficiamento do coco babaçu, acesse o *Manual Tecnológico para o Aproveitamento Integral do fruto e da folha do babaçu*, elaborado pelo ISPN.

www.ispn.org.br/manual-tecnologico-de-aproveitamento-integral-do-babacu-2/

Veja também a publicação *Cultivo orgânico de hortaliças em babaçuais*, da Embrapa.

www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1000882/cultivo-organico-de-hortalicas-em-babacuais

Conheça o livro de receitas com o babaçu elaborado pela APA-TO.

www.apato.org.br/documentos/livro-de-receitas-coco-babacu_web.pdf

Curiosidades

Em 2008, o óleo de babaçu, misturado com óleo de coco, foi utilizado no primeiro voo com biocombustível. O Boeing 747 partiu de Londres rumo à Amsterdã, na Holanda, e 25% do seu abastecimento foi feito com o biocombustível.¹²

O babaçu está inserido na Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (Renisu), uma lista com plantas medicinais da flora brasileira para orientar estudos e pesquisas que possam subsidiar a elaboração de fitoterápicos para uso da população.¹³

Indígenas brasileiros têm a tradição de usar o babaçu. Os índios Kayapó, por exemplo, produzem óleo de babaçu, que denominam rōnkangô, para uso principal como cosmético, utilizando-o para “passar no cabelo para ficarem bonitos”. Além disso, fazem uma pasta vermelha a partir da mistura do óleo com sementes de urucum, com a qual são feitas as pinturas no corpo antes de rituais, como cerimônias de nomeação, iniciação, casamento, funeral, festa do milho, entre outros.¹⁴ Os índios Xavante também fazem uso da palmeira. Eles utilizam as folhas para fazer o revestimento de suas ocas; o óleo do coco para cozinhar, passar nos cabelos e vender; e consomem a amêndoa.¹⁵

12 Fonte: <revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1673864-1934,00.html>, acesso em 15 ago. 2016.

13 Fonte: <bvms.saude.gov.br/bvs/sus/pdf/marco/ms_relacao_plantas_medicinais_sus_0603.pdf>, acesso em 19 ago. 2016.

14 Fonte: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-33062012000200007>, acesso em 06 set. 2016.

15 Fonte: <www.ecoverdemt.com.br/arquivo/documentos/Babaçu%20e%20suas%20potencialidades.pdf>, acesso em 06 set. 2016.



II As quebradeiras de coco babaçu

Quebradeira de Coco¹⁶

Autora: Lília Diniz

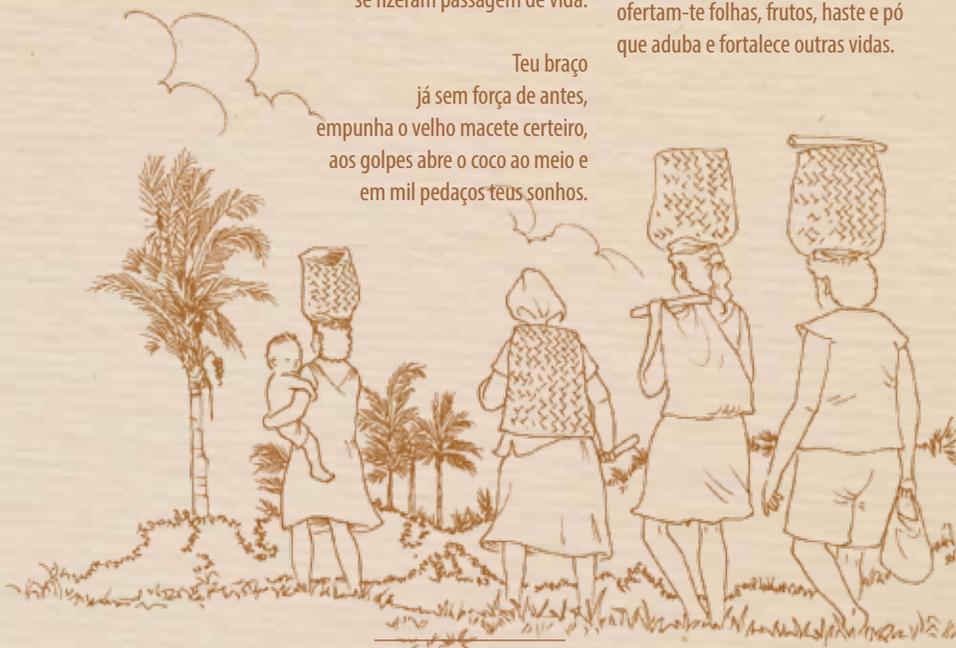
Teu trono
é o de tantas outras
que se embrenham nas matas
à busca da amêndoa que dá o sustento
às vezes roubando-lhes a vida.

Teu machado
abre as entranhas do babaçu
e conhece bem as curvas
de tuas pernas, que tantas vezes
se fizeram passagem de vida.

Teu braço
já sem força de antes,
empunha o velho macete certoiro,
aos golpes abre o coco ao meio e
em mil pedaços teus sonhos.

Tua labuta
transformada em azeite, sabão
gongos apetitosos
assados ao espeto na brasa
do mesmo coco que o alimentou.

Tua realeza
comparada, não menor
que as palmeiras que a ti reverenciam
ofertam-te folhas, frutos, haste e pó
que aduba e fortalece outras vidas.



16 Diniz, Lília. *Miolo de Pote da Cacimba de Beber*. Edições Lamparina: Imperatriz, 2017.

As quebradeiras de coco babaçu são mulheres, adultas e jovens, agricultoras, parteiras, artesãs, cozinheiras, donas de casa, costureiras, professoras, pescadoras, quilombolas, indígenas, extrativistas, enfim, mulheres comuns da comunidade que utilizam o coco babaçu. Há alguns anos tinham vergonha do que faziam, quando passava alguém por perto, elas corriam para esconder o cofo¹⁷ no mato para não serem reconhecidas. A partir do momento que assumiram seu papel, passaram a se denominar como quebradeiras de coco e, assim, passaram a se reconhecer, se organizar e a se orgulhar do que fazem.

No processo de reconhecimento de suas atividades e de suas práticas cotidianas de acesso e uso comum do babaçu, as quebradeiras afirmam e reforçam a sua identidade coletiva (ALMEIDA, 2000). Atualmente, elas são mais de 300 mil mulheres que, unidas na luta por melhores condições de vida, têm no babaçu um elo de identidade fortemente ligado à conservação dessa espécie, e que transcende a relação puramente material e/ou econômica (REGO & ANDRADE, 2006). Essa perspectiva foi construída ao longo do processo de mobilização e de luta dessas mulheres, cujo ponto de partida foram os conflitos iniciados na década de 1980 pelo acesso ao coco babaçu.

Essas mulheres se organizaram inicialmente nas comunidades quando se juntavam para coletar e quebrar cocos no babaçal e nos quintais das casas. Elas tinham nessa prática social a oportunidade de conversar e também de desabafar suas mazelas, humilhações, repressões que sofriam na condição de mulheres donas de casa e mães de família (LIMA, 2016).

Proibidas de participar dos sindicatos, elas fundaram, então, os clubes de mães, onde compartilhavam experiências e podiam trazer novos significados às práticas cotidianas vivenciadas na família e na comunidade.

17 Cesto feito de palha do babaçu, usado para apanhar coco e arroz, sobretudo, nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Fonte <http://repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/8871/1/2008_tese_jmlucena.pdf>, acesso em 30 mai. 2017.



Na década de 1980, as mulheres ingressaram no movimento sindical, momento em que passaram a ter contato com quebradeiras de coco de outras regiões (Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins) e, assim, puderam unir suas pautas. Nos encontros sindicais e outros intercâmbios perceberam que os conflitos, demandas e reivindicações eram comuns a todas elas. Como resultado de todo esse processo, no início dos anos 1990, foi criado o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) com a missão de organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecerem seus direitos, defenderem a palmeira e o meio ambiente e lutarem por melhores condições de vida.

O MIQCB tem, desde então, como um de seus objetivos ser instrumento articulador das quebradeiras de coco, reconhecendo que são mulheres, trabalhadoras agroextrativistas e cidadãs lutando pelo Babaçu Livre e por reforma agrária, ao mesmo tempo em que buscam alternativas econômicas para potencializar a renda proveniente do babaçu. Atualmente, as mulheres do MIQCB se orgulham em dizer que seu quadro de funcionárias é composto basicamente por mulheres.

O Movimento assume um papel fundamental na luta por direitos, com destaque para a busca da educação e conscientização das mulheres rurais. Além disso, por meio de parcerias com universidades, relacionamento com órgãos públicos e outros parceiros, o MIQCB é um grande provedor de conhecimento.

Ao longo dos anos, testemunhamos o fortalecimento das quebradeiras de coco, que têm percebido o seu valor, seja cultural, ambiental, social e econômico. Valorizá-las é reconhecer que é possível conciliar extrativismo e conservação ambiental e cultural e, ainda assim, gerar trabalho e renda.



Curiosidades

Dia das quebradeiras de coco babaçu

No dia 24 de setembro é comemorado o dia das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, segundo o Projeto de Lei nº 102, sancionado em 30 de agosto de 2011¹⁸. O estado do Piauí também reconhece este dia, por meio da Lei nº 6.669, de 16 de junho de 2015¹⁹.

18 Fonte: <goo.gl/LHAXlv>, acesso em 7 jun. 2017.

19 Fonte: <goo.gl/sR99Gw>, acesso em 07 jun. 2017.

As Encantadeiras

“As Encantadeiras” é um grupo de mulheres que utiliza a música para expressar o valor do seu trabalho na agricultura e no extrativismo do babaçu, como também na luta pela terra e pelo livre acesso aos babaçuais. O grupo foi criado com o apoio do MIQCB e da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA).

Foto | Fernando Tatagiba





Para saber mais sobre as quebradeiras de coco babaçu

Vídeos

Babaçu: Floresta de Vida

Produção: ISPN

<https://youtu.be/w7MCqdwR8w4>

Uma das quebradeiras de coco babaçu mais antigas do Brasil em plena atividade extrativista

Produção: Messias Vilar

<https://youtu.be/uQqHyp2I3Q4>

Quebradeiras de coco babaçu do leste do Maranhão conseguem melhorar a renda

Produção: Globo Rural

globoplay.globo.com/v/3466860/

Quebradeira de coco defende preservação do Cerrado

Produção: Rede Cerrado e Central do Cerrado

<https://youtu.be/ahBxtqqmDKA>

Quebra Coco, faz a vida

Produção TV Câmara e Fundação Banco do Brasil

<https://youtu.be/ojuieTCJmxc>

Babaçu Livre

Produção: Action Aid Brasil

<https://youtu.be/20800qG8RRU>

Vídeos divulgados na página da APA-TO

www.apato.org.br/ver/videos/

Páginas na internet

Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco Babaçu

www.miqcb.org

Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio

www.aslubip.org.br

Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins

www.apato.org.br

Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão

www.assema.org.br



Foto | Acervo ISP/N/Peter Caton

III O Babaçu Livre e a Lei

*Hei! Não derrube esta palmeira
hei! Não devore os palmerá
tu já sabe que num pode derribar.
Precisamos preservar as riqueza naturá
o coco é para nós grande riqueza
é obra da natureza
ninguém vai dizer que não [...]»²⁰*

A luta pelo acesso aos babaçuais constitui uma das principais bandeiras dos grupos e movimentos de quebradeiras de coco babaçu. Ao longo dos anos, essa luta gerou muitos conflitos²¹ com fazendeiros que não permitem o acesso aos babaçuais, ameaçam e, muitas vezes, agridem as quebradeiras, além de imporem regras injustas àquelas que sobrevivem do extrativismo do coco babaçu.

O Censo Agropecuário de 2006 do IBGE²² aponta que de um total de 68.741 estabelecimentos de produção de babaçu, somente em 15.094 estabelecimentos os produtores são proprietários da terra; os demais, quase 80% do total, são

20 Trecho da música Xote das Quebradeiras, do poeta João Abelha. Clipe disponível em <www.youtube.com/watch?v=bk2YzP01Blw>, acesso em 09 jan. 2017.

21 Veja aqui alguns conflitos documentados <goo.gl/tR6rZV>, acesso em 06 jun. 2017.

22 Segunda apuração do Censo - versão de 2012, disponível em <goo.gl/bb1FrE>, acesso em 05 set. 2016.

assentados sem titulação definida, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área. Ou seja, as quebradeiras, em sua grande maioria, não possuem a posse ou domínio sobre os babaçuais.

A chamada Lei do Babaçu Livre é uma conquista de campanhas e movimentos de quebradeiras em seus municípios. Em linhas gerais, as leis preveem livre acesso das quebradeiras que utilizam o babaçu em regime de economia familiar às reservas de babaçuais para a coleta dos cocos, inclusive em propriedades privadas; proíbe o envenenamento, derrubada e queimada das palmeiras, corte dos cachos, queima do coco inteiro; dentre outras medidas que protegem o babaçu e apoiam as quebradeiras.

O Babaçu Livre representa uma nova concepção de direito, pois é contrário ao Direito Civil, que privilegia a propriedade privada, ao Direito Agrário, que possui o caráter social da terra, mas não da cobertura vegetal ali instalada, e ao Direito Ambiental, que privilegia a cobertura vegetal (ideal de preservação/conservação) em detrimento ao uso dos recursos por trabalhadores extrativistas (ALMEIDA, 2000).

Em âmbito federal já foram apresentados três Projetos de Lei (PL) relacionados ao Babaçu Livre. O primeiro, nº1.428²³, foi apresentado em janeiro de 1996 e previa a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, de Goiás e de Mato Grosso. O PL tramitou por mais de dois anos e, apesar de ter aprovações intermediárias e pareceres favoráveis, foi arquivado em fevereiro de 1999.

O segundo foi o PL nº 747/2003, o qual em seu primeiro artigo decretava que as matas naturais constituídas de palmeiras de babaçu existentes nesse seis estados seriam de usufruto comunitário das populações extrativistas que as exploram em regime de economia familiar. Embora de importante teor, o PL foi arquivado em 06 de março de 2008.

O terceiro foi o Projeto de Lei 231/2007²⁴, que, em suma, trata da proibição da derrubada de palmeiras de babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará, de Goiás e de Mato

23 Fonte: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=192015>>, acesso em 01 set. 2017.

24 Fonte: < www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=342456>, acesso em 06 jun. 2017.

Grosso. O Projeto previa, também, a garantia do uso de terras públicas, devolutas e privadas aos trabalhadores que exploram as palmeiras em regime de economia familiar, conforme os costumes de cada região. Assim como os anteriores, esse PL foi arquivado em janeiro de 2015.

Embora nenhuma dessas tentativas em âmbito federal tenha emplacado, no Tocantins foi aprovada uma lei estadual, e há diversos municípios (no Maranhão, Tocantins e Pará) que já conquistaram a aprovação de leis relacionadas ao babaçu livre. Essas aprovações constituem conquistas muito importantes para as comunidades, embora ainda haja muitos desafios na implementação e fiscalização para um real acesso das quebraadeiras aos babaçuais (MATOS *et al.*, 2015).

Vejamos como está a Lei do Babaçu Livre nos estados e municípios²⁵.

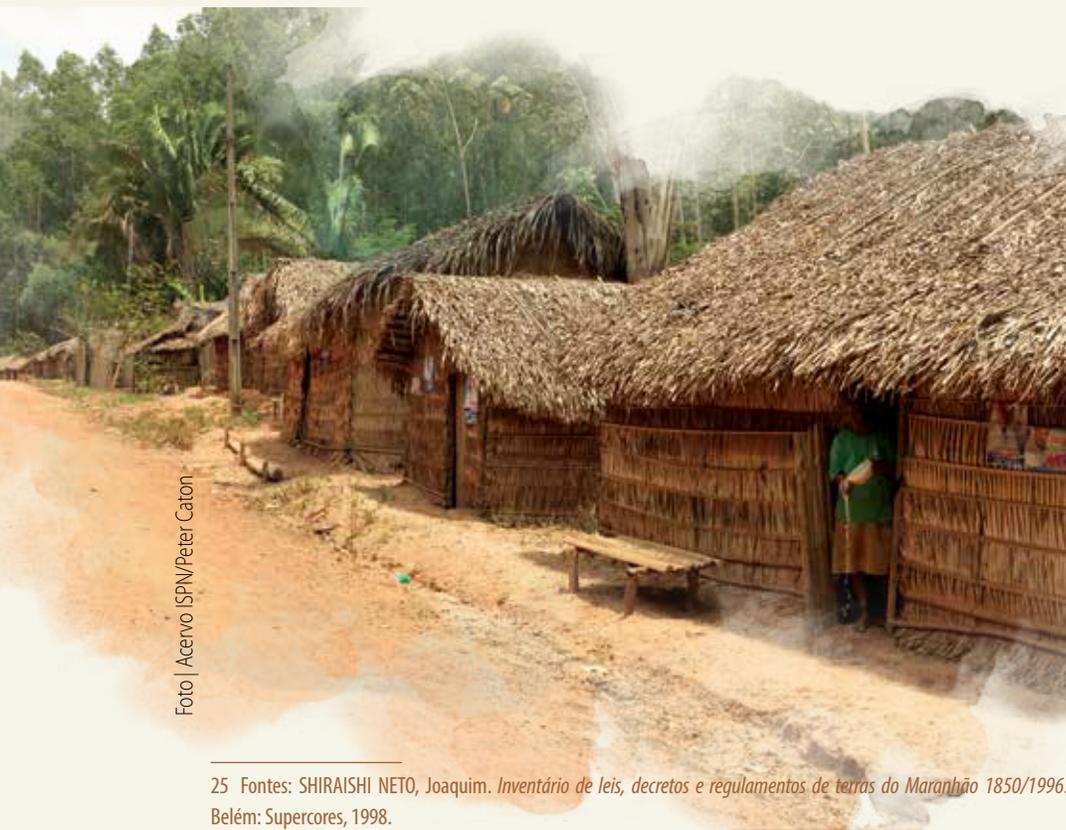


Foto | Acervo ISPN/Peter Caton

25 Fontes: SHIRAISHI NETO, Joaquim. *Inventário de leis, decretos e regulamentos de terras do Maranhão 1850/1996*. Belém: Supercores, 1998.



Tocantins

No Tocantins, a Lei Estadual nº 1.959, de 14 de agosto de 2008²⁶, dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco babaçu e adota outras providências. Específico em relação ao acesso das quebradeiras aos babaçuais, a lei diz que “em terras privadas, a exploração é condicionada à celebração de termo de acordo entre as associações regularmente constituídas de quebradeiras de coco babaçu ou de comunidades tradicionais e os respectivos proprietários”.

Cabe mencionar que a referida lei proíbe a comercialização interestadual do coco babaçu inteiro ou *in natura*, visando estimular a instalação de unidades industriais que busquem o aproveitamento integral do coco. Essa medida busca atender uma demanda das quebradeiras pela valorização do babaçu e seus diversos subprodutos, evitando a venda do coco inteiro, a preços baixos, para as indústrias consumidoras de carvão.

Em relação às leis sobre o assunto no Tocantins:

- ❖ Lei Estadual nº 1.959, de 14 de agosto de 2008;
- ❖ Lei Municipal nº 58/2003 de Buriti do Tocantins;
- ❖ Lei Municipal nº 49/2003 de Praia Norte;
- ❖ Lei Municipal nº 306/2003 de Axixá;
- ❖ Lei Municipal nº 05/2005 de São Miguel do Tocantins.

26 Fonte: *Diário Oficial nº 2.713*, disponível em: <www.al.to.leg.br/legislacaoEstadual?pagPaginaAtual=52>, acesso em 06 jun. 2017.



Maranhão

O Maranhão, apesar de ser o maior produtor de coco babaçu do Brasil, ainda não tem uma lei estadual sobre o Babaçu Livre. O estado possui duas leis que conferem proteção às palmeiras, mas não tratam especificamente do livre acesso aos babaçuais:

- ❖ Lei Estadual nº 4.734, de 18 de junho de 1986, que proíbe a derrubada de palmeira babaçu e dá outras providências.
- ❖ Lei Estadual nº 5.405, de 8 de abril de 1992, o denominado *Código de Proteção do Meio Ambiente do estado do Maranhão*, que não faz referência a respeito da proteção dos babaçuais, mas que pela interpretação é possível atribuir essa função (ALMEIDA, 2001).

No que tange à Lei do Babaçu Livre, diversos municípios maranhenses já possuem suas leis²⁷, como:

- ❖ Lei Municipal nº 005/97 e Lei Municipal nº 01/2002 de Lago do Junco;
- ❖ Lei Municipal nº 32/99 de Lago dos Rodrigues;
- ❖ Lei Municipal nº 255/99 de Esperantinópolis;
- ❖ Lei Municipal nº 319/2001 de São Luiz Gonzaga;
- ❖ Lei Municipal nº 1.084/2003 de Imperatriz²⁸;
- ❖ Lei Municipal nº 466/2003 de Lima Campos;
- ❖ Lei Municipal nº 52/2005 de São José dos Basílios;
- ❖ Lei Municipal nº 01/2005 de Cidelândia;
- ❖ Lei Municipal nº 05/2005 de Lago da Pedra;
- ❖ Lei Municipal nº 1.137/2005 de Pedreiras;
- ❖ Lei Municipal nº 227 08/2006 de Amarante do Maranhão;
- ❖ Lei Municipal nº 106/2007 de Vila Nova dos Martírios;
- ❖ Lei Municipal nº 168/2012 de São Pedro da Água Branca²⁹;
- ❖ Lei Municipal nº 95/2012 de Governador Archer³⁰;
- ❖ Lei Municipal nº 03/2015 de Peritoró.

27 Foi encontrada na literatura a referência de outros municípios que já tiveram a Lei do Babaçu Livre aprovada, mas, no entanto, não foram encontrados os respectivos números de lei. Esses municípios foram: Centrinho do Acrísio, Bacabal, Bernardo do Mearim, Dom Pedro e Matinha.

28 Fonte: <www.camaraimperatriz.ma.gov.br/images/leis/Lei_nº_1084-03.pdf>, acesso em 7 jun. 2017.

29 Fonte: camaramunicipalspabma.blogspot.com.br. Fonte: <site>, acesso em 25 set. 2017.

30 Fonte: famem.org.br/arquivos/jornal/JOM887.pdf. Fonte: <site>, acesso em 25 set. 2017.

Outros estados

No Pará, o município de Domingos do Araguaia aprovou a Lei nº 934/2004, conferindo o acesso livre aos babaçuais.

Já no Piauí, há somente a Lei Estadual nº 3.888, de 26 de setembro de 1983, que proíbe a derrubada da palmeira babaçu.



Além das leis relacionadas ao Babaçu Livre, cabe mencionar que atualmente estão em discussão projetos de lei importantes para a temática.

Projeto de Lei Federal nº 2.334, de 2005, institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio da Palmeira do Babaçu³¹ e dá outras providências. O PL está no momento aguardando parecer do Relator na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Projeto de Lei Federal nº 4.337, de 2016, institui o Fundo Nacional de Apoio à Cultura da Palmeira do Babaçu (Funbabaçu), que visa reunir verbas para financiar e modernizar a cultura da palmeira; elevar a qualidade de vida dos trabalhadores do setor; e incentivar a produtividade de seu cultivo.

Projeto de Lei Estadual do Maranhão nº 177/2016/MA³², aprovado na sessão plenária da Assembleia Legislativa do Maranhão em junho de 2016. A lei autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

31 Fonte: www.camara.gov.br/sileg/integras/1363527.pdf, último acesso em 13 jan. 2017.

32 Fonte: www.ma.gov.br/aprovado-projeto-que-vai-alavancar-a-agricultura-familiar-no-maranhao/, último acesso em 13 jan. 2017.

Curiosidades

Os conflitos socioambientais relacionados ao babaçu foram sistematizados em mapa pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). A iniciativa foi liderada pelo MIQCB e contou com a colaboração de lideranças e pesquisadores. Acesse o mapa no site:

novacartografiasocial.com/mapas

Em 13 de maio de 2011, foi sancionada a Lei Estadual do Maranhão nº 9.370, que permitia a derrubada de pés de babaçu em áreas urbanas do estado e, por isso, gerou muita polêmica, sendo chamada de “Lei Anti-Babaçu”. Na época, organizações da sociedade civil enviaram moção³³ ao plenário do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) propondo ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) a análise e providências cabíveis relativas à essa lei. Em 28 de dezembro do mesmo ano, foi sancionada a Lei nº 9.537, de 28 de dezembro de 2011, que revogou a polêmica lei.

33 www.mma.gov.br/port/conama/processos/5E06C187/PropostaMocao_1816-11.pdf. Disponível em <site>, acesso em 25 set. 2017.



IV Territórios com projetos ecossociais de quebradeiras de coco

Eu sou quebradeira, eu sou quebradeira.

Vim para lutar! [...]

No Tocantins, tem quebradeira

no Piauí, tem quebradeira

lá no Pará, tem quebradeira

no Maranhão, estão as quebradeiras!³⁴



Este capítulo apresenta os territórios em que se inserem os pequenos projetos ecossociais com as quebradeiras de coco babaçu. Serão apresentados os projetos localizados no estados do Tocantins (Território do Bico do Papagaio) e no Maranhão (na Baixada Maranhense, Vale do Itapecuru e Médio Mearim). Cabe ressaltar que há outros projetos com quebradeiras apoiados pelo PPP-ECOS para além desses territórios mencionados, mas iremos nos ater a esses pelo histórico de atuação do programa.

³⁴ Trecho da música “Eu sou quebradeira”, do grupo musical As Encantadeiras.

Inicialmente, serão apresentadas as características gerais de cada território: o que produzem com o babaçu, o histórico de luta e de articulação para a consolidação dos grupos produtivos, como as iniciativas se articulam, quais desafios enfrentam, que estratégias utilizam para o fortalecimento dos grupos, quais ações e projetos realizam na região, entre outras informações.

A descrição mais detalhada de alguns projetos pode ser encontrada no *Portfólio do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia*, lançado pelo ISPN em março de 2017. A publicação está disponível na página <www.ispn.org.br/arquivos/portifolio-reduzido.pdf>.

Antes de adentrar no conteúdo dos territórios faz-se importante mencionar dois projetos que tiveram uma abrangência mais ampla e envolveram os estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí. Em 2009, por meio do projeto “Fortalecimento socioeconômico das quebradeiras de coco babaçu”, a Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (AMIQCB) promoveu um processo de discussão e criação da Cooperativa Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB), que contou com a participação de 134 famílias. Além disso, foram realizadas ações que visaram ao aprimoramento da produção, com capacitações em controle de qualidade, design, rotulagem e registro dos produtos. Em 2015, a CIMQCB iniciou um projeto que visava consolidar a cooperativa como empreendimento ambientalmente sustentável e economicamente viável, fortalecendo, assim, a gestão participativa e democrática. Para isso previu atividades de formação em cooperativismo, gestão de empreendimentos de economia solidária, boas práticas de produção, destinação adequada de resíduos, e acesso a políticas públicas. A iniciativa incluía também a elaboração de manual de boas práticas de manipulação de alimentos e ações de assessoria às mulheres para acesso a políticas públicas.



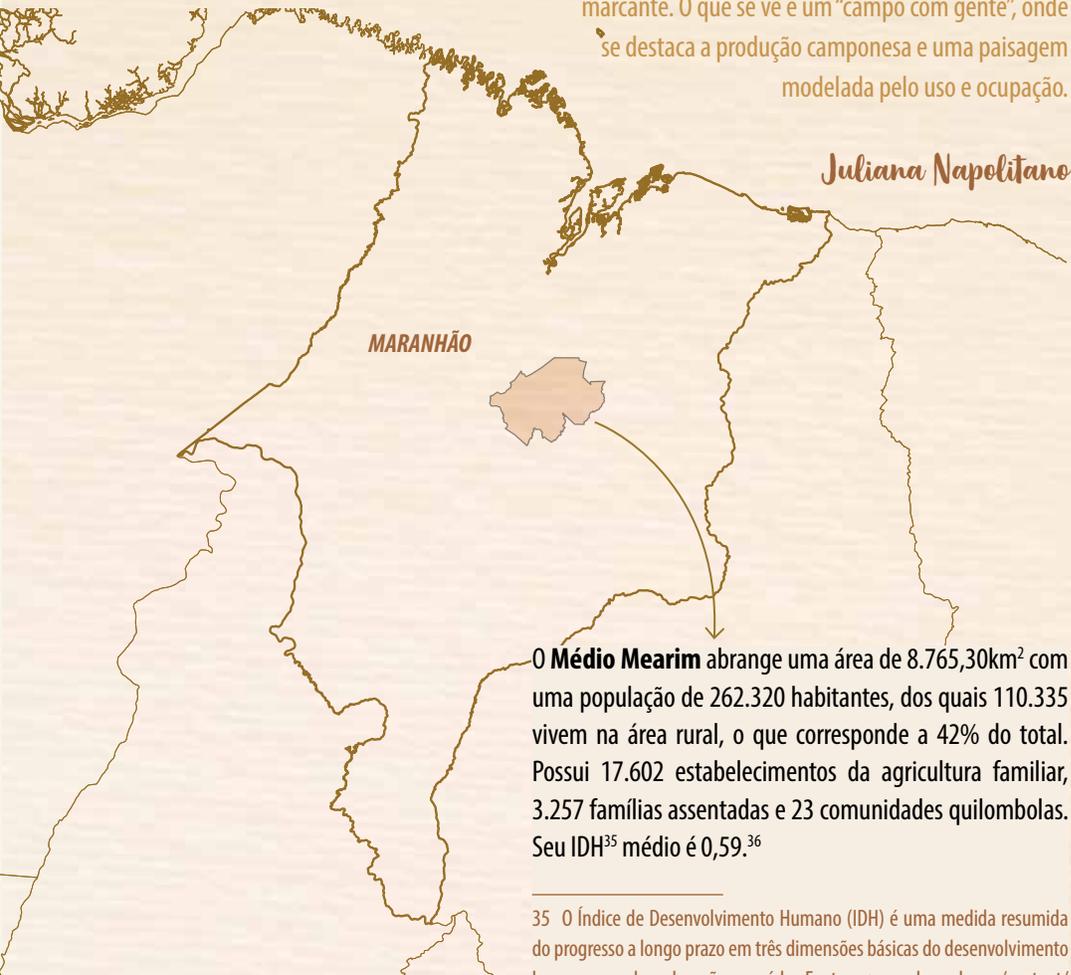
Médio Mearim MA

Foto | Acervo ISPN

Ao andarmos no Médio Mearim, a abundância dos babaçuais chama a atenção. No relevo levemente ondulado da paisagem, se alternam áreas de pastagens “limpas”, pastagens com babaçu e áreas de pastagens abandonadas, onde as rebrotas do babaçu, as pindovas, são vigorosas e predominantes.

A presença de agricultores familiares na região é marcante. O que se vê é um “campo com gente”, onde se destaca a produção camponesa e uma paisagem modelada pelo uso e ocupação.

Juliana Napolitano



O Médio Mearim abrange uma área de 8.765,30km² com uma população de 262.320 habitantes, dos quais 110.335 vivem na área rural, o que corresponde a 42% do total. Possui 17.602 estabelecimentos da agricultura familiar, 3.257 famílias assentadas e 23 comunidades quilombolas. Seu IDH³⁵ médio é 0,59.³⁶

35 O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Fonte: <www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>, acesso em 09 jan. 2017.

36 Fonte: Territórios da cidadania, disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>, acesso em 24 nov. 2016.

Médio Mearim

Municípios com projetos de quebradeiras apoiados pelo PPP-ECOS



Na região, os principais produtos comercializados do babaçu são: óleo de babaçu orgânico, torta de babaçu para ração animal, sabonete, sabão, farinha de mesocarpo, azeite, casca de babaçu, carvão da casca do babaçu e artesanato.



Foto | Acervo ISPN

Contexto sociopolítico

A história do Médio Mearim está intimamente ligada à do extrativismo do babaçu e da luta das mulheres quebradeiras de coco no Maranhão. O extrativismo acompanhou a produção agrícola camponesa do território que, no início do século XX, ocupava a posição de maior produtora de amêndoas de babaçu no estado (AYRES JUNIOR, 2007).

A partir da década de 1930, a região se consolidou como grande produtora de amêndoas de babaçu, o que motivou a instalação de indústrias processadoras na região, principalmente nos municípios de Bacabal e Pedreiras, que rivalizavam com a capital São Luís. Nesse período o campesinato do Médio Mearim se expandiu fortemente, devido ao fluxo migratório da região, principalmente de piauienses e cearenses, que se destacaram na produção de gêneros alimentícios, como arroz, mandioca, milho e feijão, e no extrativismo do babaçu, que tinha um comércio regular. Grande parte desses camponeses se estabeleceu na região como posseiros (AYRES JUNIOR, 2007).

Em 1969, com a edição do *Estatuto da Terra do Maranhão* se iniciou a expansão do latifúndio na região. A falta de regularização fundiária, aliada aos incentivos governamentais para a expansão da pecuária, provocou o enfraquecimento da pequena propriedade rural, assim como se iniciou a derrubada dos babaçuais para a instalação de pastagens (REGO & ANDRADE, 2006).

A restrição de acesso aos recursos, como terra e palmeiras de babaçu, colapsou a economia campesina, o que deu início aos conflitos por terra na região. Inicialmente, apoiado por organizações da sociedade civil, como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa) e a Ação Católica Rural (ACR), o movimento social se fortaleceu. Os primeiros resultados da luta começaram a aparecer somente em meados dos anos 80, com a redemocratização do país, quando os primeiros assentamentos da reforma agrária foram criados (AYRES JUNIOR, 2007). Na mesma época, o movimento social do Médio Mearim se institucionalizou, originando diversas organizações sociais de busca por direitos, assessoria técnica e de comercialização da produção.

Nesse cenário surge a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), fundada em 1989 e liderada por agricultores familiares e extrativistas de coco babaçu, com a missão de desenvolver estratégias de melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas, por meio da luta pela ampliação do acesso ao direito à alimentação, à educação e ao exercício amplo e democrático da cidadania (ASSEMA, 2016). A Assema funciona como elo de uma complexa rede de instituições que trocam informações e atuam conjuntamente para ampliar a força de suas ações e reivindicações. Em seu quadro encontram-se 76 sócios (coletivos e individuais) distribuídos em quatro Articulações Municipais que trabalham em rede, numa abrangência territorial de 18 municípios da região, envolvendo cerca de 4 mil famílias (ASSEMA, 2017).

As estratégias adotadas pelas organizações da região são pautadas por ações que visam à equidade nas relações de gênero e geração, no âmbito das propriedades rurais e das organizações; a educação contextualizada de jovens camponeses; a produção agroecológica, com foco na soberania e segurança alimentar; a construção de mercados solidários para a comercialização do excedente de produção; o fortalecimento do cooperativismo; o acesso às políticas públicas; assim como a participação nos diversos espaços colegiados de elaboração, monitoramento e controle social das políticas públicas.

Nesses quase 20 anos de atuação do movimento social na região, importantes resultados foram gerados, como a maior participação das mulheres e dos jovens nas tomadas de decisão sobre a produção nas unidades familiares e nas organizações, a implantação de um Circuito de Feiras da Agricultura Familiar, o acesso a políticas públicas de assistência técnica e de comercialização (Ater, PAA, Pnae e PGPM-Bio), a diversificação da produção nas unidades familiares e o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo (ASSEMA, 2015). Além dessas conquistas, cabe aqui destacar que as organizações da região são referência quando se trata do extrativismo do babaçu e da agroecologia, possuindo representação na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e na subcomissão temática da sociobiodiversidade.

O fortalecimento do cooperativismo resultou na consolidação da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) como importante mecanismo de

valorização da produção agroextrativista. Hoje, a cooperativa exerce um papel importante na determinação do preço da amêndoa praticado na região, aumentando o valor do produto e, conseqüentemente, a renda dos extrativistas. Além disso, conquistou a certificação orgânica do óleo de babaçu, o que permitiu a exportação do produto a um preço mais elevado do que o praticado no mercado nacional. A conquista da certificação, aliada ao processo educativo promovido por meio das ações da Ater e ao aumento de renda proporcionado pela comercialização da amêndoa, vem promovendo uma compreensão cada vez maior das famílias quanto à importância da conservação e ao uso sustentável das florestas de babaçu.

Em relação aos desafios enfrentados, destaca-se a falta de acesso formal a terra, que ainda é uma realidade de muitas famílias e que se constitui como um gargalo nos trabalhos de incentivo à diversificação da produção, já que os posseiros não sentem segurança em investir em suas terras. Ainda em relação à questão fundiária, outro grande desafio é a nova fronteira agrícola brasileira, conhecida como Matopiba³⁷, que irá abranger todos os municípios do Médio Mearim. O plano representa grande ameaça ambiental e fundiária, já que a população maranhense é formada, em sua maioria, por comunidades tradicionais que vivem da agricultura familiar e do extrativismo e que ficarão à margem do modelo de desenvolvimento agropecuário proposto.

Contribuição do PPP-ECOS

O PPP-ECOS iniciou sua atuação na região em 2008 com o apoio ao projeto “Sistema de produção agroecológico: preservando e recuperando a vida nos babaçuais”, desenvolvido pela Assema. O projeto visava ao fortalecimento da estratégia regional de melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas, por meio da promoção da agroecologia e do desenvolvimento da cadeia produtiva do babaçu. Para isso, implantou seis unidades de referência em “sistemas integrados de produção agroecológica”, o que possibilitou a realização de um processo de capacitação que envolveu 95 famílias.

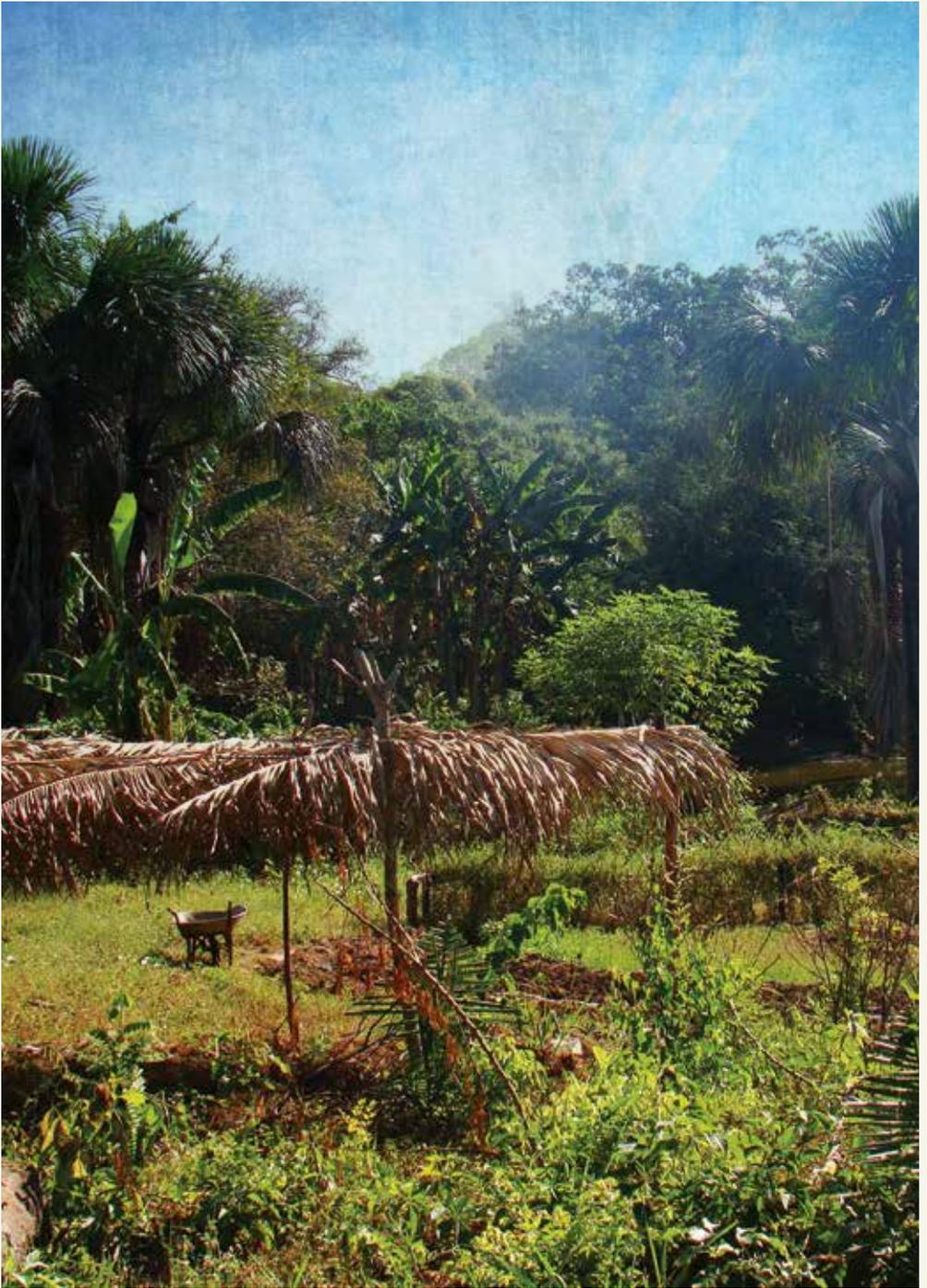
37 Informações sobre o Plano Matopiba em <www.embrapa.br/tema-matopiba>, acesso em 24 nov. 2016.

Na mesma época, o PPP-ECOS realizou um investimento de quase R\$ 100 mil em dois projetos executados pela Casa Verde que visavam ao diagnóstico e ao aprimoramento de empreendimentos agroextrativistas e potencialização de Arranjos Produtivos Locais (APLS) do Cerrado. Essas iniciativas tinham como foco o fortalecimento de 40 empreendimentos agroextrativistas do bioma, sendo 5 localizados no Médio Mearim. Nesse sentido buscou identificar e resolver problemas técnico-gerenciais e tecnológicos dos empreendimentos, considerando as dificuldades enfrentadas pelos grupos relativas à formalização, gestão social, financeira e administrativa, processamento, armazenamento, divulgação e comercialização.

A partir de 2014, foram iniciados os projetos da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), da Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco (AEFALJ), da Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AJR) e da Assema, que executaram ações diretamente relacionadas à cadeia do babaçu. A iniciativa da AMTR teve enfoque em duas frentes: a consolidação da fábrica de sabonete e mobilização da sociedade para a importância dos babaçuais do Médio Mearim. Já o projeto da AEFALJ tem atuado para ampliar o sistema integrado de produção agroecológica, que integra babaçuais e roçados. O projeto da AJR busca valorizar a cadeia produtiva do coco e gerar renda aos jovens de sua comunidade, por meio da produção de biojoias feitas a partir do endocarpo do babaçu. Importante dar um destaque às iniciativas das AEFALJ e da AJR que envolvem público jovem em suas ações. Por fim, o projeto da Assema visa qualificar a produção de mesocarpo de babaçu e ampliar os mercados acessados pelas mulheres.

Os projetos desenvolvidos pela Acesa conferiram apoio indireto ao incluírem as quebradeiras em suas atividades que focam na diversificação da produção, segurança e soberania alimentar e construção de mercados solidários.

Em suma, de 2008 até o momento atual, o PPP-ECOS conferiu, conforme o quadro a seguir, apoio direto a cinco projetos relacionados à cadeia do babaçu, investindo quase R\$ 307 mil; e apoio indireto a quatro projetos, que contribuem para o fortalecimento das quebradeiras e de suas organizações, mas que não atuam estritamente com a cadeia do babaçu, investindo aproximadamente R\$ 243 mil.



Projetos apoiados pelo PPP-ECOS no território

Nome da organização	Nome projeto	Ano início e fim	Valor solicitado ao PPP-ECOS	Apoio à cadeia do babaçu
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema)	Sistema de produção agroecológico: preservando e recuperando a vida nos babaçuais	2008 a 2010	R\$ 44.031,44	Direto
	As mulheres do mesocarpo de babaçu: uma alternativa para o Cerrado maranhense	2014 a 2016	R\$ 92.714,85	Direto
A Casa Verde	Diagnóstico e aprimoramento de empreendimentos agroextrativistas do cerrado e potencialização de Arranjos Produtivos Locais	2008 a 2010	R\$ 68.646,56	Indireto
	Complementação ao projeto APLs do Cerrado	2009 a 2011	R\$ 25.797,55	Indireto
Associação Comunitária de Educação e Saúde e Agricultura (ACESA)	Formação de agricultores familiares a partir da implantação de pequenos empreendimentos econômicos solidários*	2014 a 2016	R\$ 58.936,46	Indireto
	Projeto Conviver - agricultores/as fomentando ações de fortalecimento da agricultura familiar*	2016 a 2017 (em execução)	R\$ 89.823,44	Indireto

Nome da organização	Nome projeto	Ano início e fim	Valor solicitado ao PPP-ECOS	Apoio à cadeia do babaçu
Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR)	Babaçu Livre*	2014 a 2017 (em execução)	R\$ 70.000,00	Direto
Associação da Escola Família Agrícola de Lago do Junco (AEFALJ)	Sistema integrado de produção agroecológica e educação: a sustentabilidade produtiva da Escola Família Agrícola Antônio Fontenele*	2015 a 2017 (em execução)	R\$ 55.350,00	Direto
Associação de Jovens Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AJR)	Jovens Camponeses: valorizando saberes e preservando a floresta dos babaçuais*	2015 a 2017 (em execução)	R\$ 44.190,00	Direto

(*) Projetos apresentados no *Portfólio 2013-2017 do Programa de Pequenos Projetos ecossociais na Amazônia*³⁸.

Foto | Acervo ISPN



38 Disponível em <www.ispn.org.br/arquivos/portif%C3%B3lio-reduzido.pdf>, acesso em 12 jun. 2017.

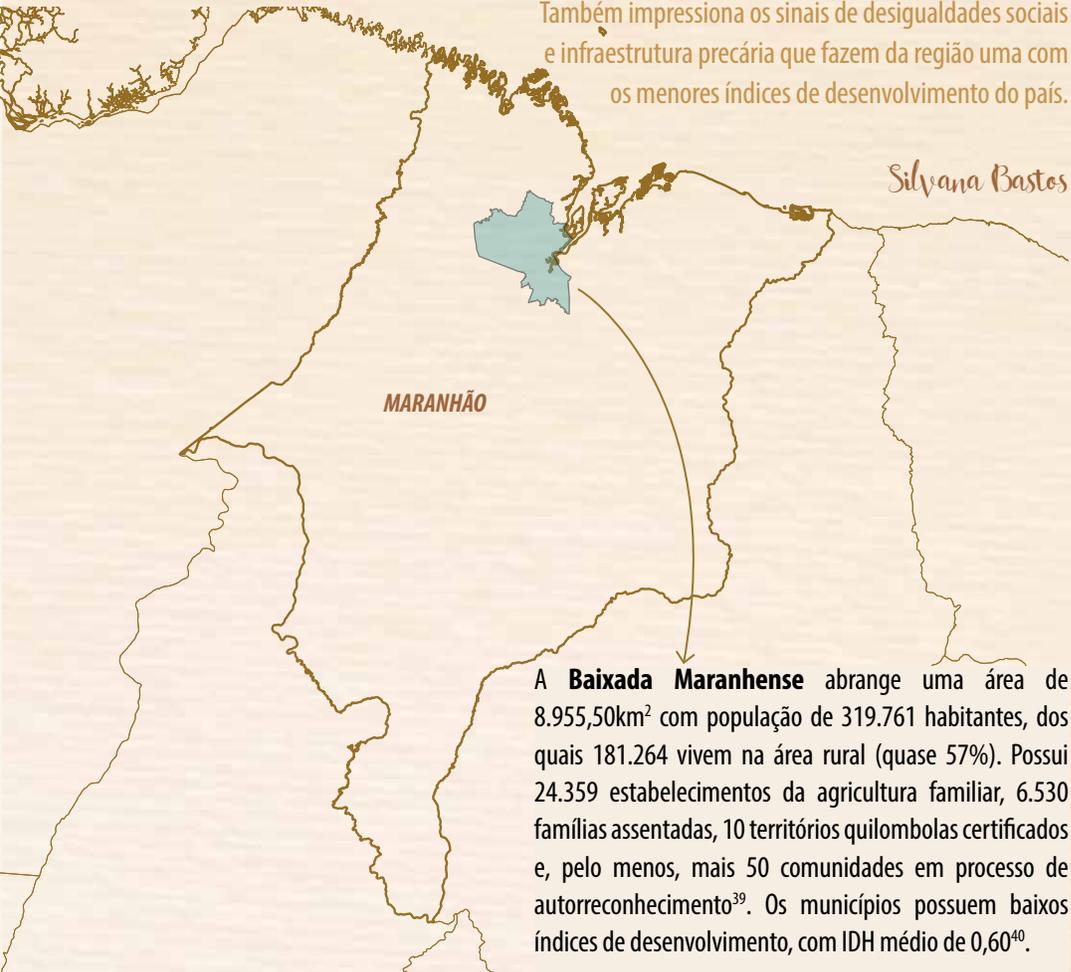
Baixada Maranhense MA

Foto | Acervo ISPN

Quando chegamos na região ficamos vislumbrados com a beleza da paisagem, composta de grandes lagos, campos naturais e terras mais altas onde localizam-se as cidades e casas no meio rural.

Também impressiona os sinais de desigualdades sociais e infraestrutura precária que fazem da região uma com os menores índices de desenvolvimento do país.

Silvana Bastos



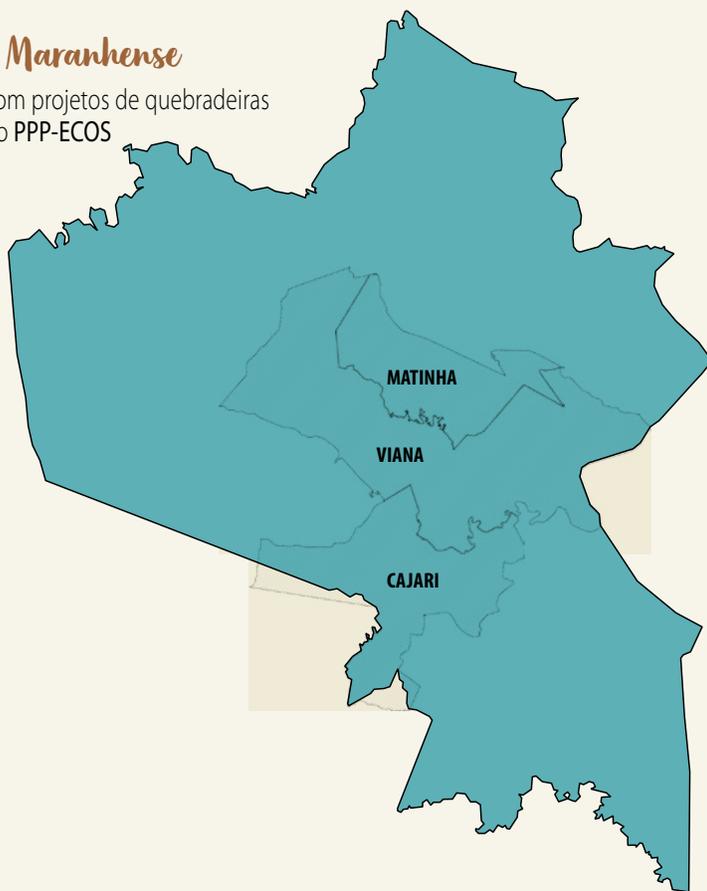
A **Baixada Maranhense** abrange uma área de 8.955,50km² com população de 319.761 habitantes, dos quais 181.264 vivem na área rural (quase 57%). Possui 24.359 estabelecimentos da agricultura familiar, 6.530 famílias assentadas, 10 territórios quilombolas certificados e, pelo menos, mais 50 comunidades em processo de autorreconhecimento³⁹. Os municípios possuem baixos índices de desenvolvimento, com IDH médio de 0,60⁴⁰.

39 As comunidades quilombolas têm direito ao autorreconhecimento de sua identidade, que pode ser feito por meio do Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades do Quilombos, da Fundação Cultural Palmares (FCP). Fonte: goo.gl/YnQDea, acesso em 6 jun. 2016.

40 Fonte: Territórios da cidadania, disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>, acesso em 24 nov. 2016.

Baixada Maranhense

Municípios com projetos de quebradeiras apoiados pelo PPP-ECOS



Na região, os principais produtos do babaçu comercializados são: azeite de babaçu, mesocarpo e amêndoa.

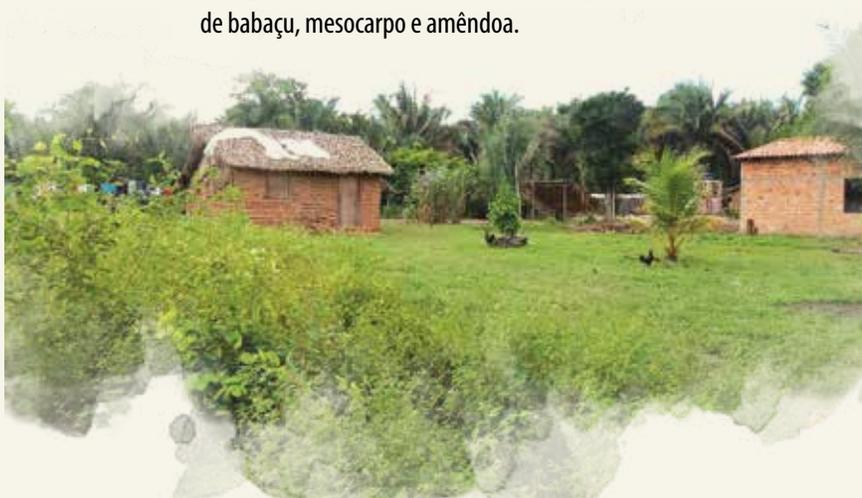


Foto | Rafael Silva

Contexto sociopolítico

É marcante na região a presença de comunidades tradicionais - especialmente quilombolas - que têm na pesca, criação de pequenos animais, extrativismo do babaçu e agricultura de subsistência, sua principal estratégia de reprodução física e cultural.

O conflito de terras também é marcante na região e se acirrou na década de 2000, devido ao aumento de invasões de fazendeiros aos territórios tradicionalmente ocupados. Eles chegam com “pseudotítulos” de propriedade, constroem cercas e ocupam grandes áreas de campos naturais para a criação de búfalos e produção de arroz, gerando inúmeros problemas, como a destruição da vegetação dos campos, assoreamento, poluição das águas por fezes e agrotóxicos e consequente redução da disponibilidade de pescados.

Nos últimos anos, as comunidades têm entrado em conflito com esses “proprietários” na luta pela retomada de seus territórios, resultando, inclusive, em assassinatos de lideranças comunitárias.

Na região, o MIQCB atua diretamente em cinco municípios, mas também tem iniciativas de diálogos com grupos de mulheres em mais seis municípios. Essa articulação vem contribuindo para tecer um novo espaço de debate chamado Teia das Quebradeiras.

Foto | Rafael Silva



A atuação do MIQCB se traduz em diversos níveis, desde denúncias sobre os crimes socioambientais até diálogos e reivindicações ao poder público nas três esferas de governo, visando garantir direitos e acesso a políticas previstas para as populações de quebradeiras. O Movimento atua, inclusive, por meio de representação nos espaços de incidência política e de mobilização e proposição de projetos de leis municipais do Babaçu Livre, estratégia apresentada em capítulo anterior.

Na regional denominada Baixada, o MIQCB acompanha sistematicamente os processos de demarcação e regularização fundiária dos territórios tradicionais, com os órgãos competentes, quais sejam: Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Além disso, as lideranças atuam na relação direta, corpo a corpo, com centenas de mulheres, difundindo informações sobre seus direitos e ajudando a solucionar as violações desses direitos, como nos casos de violência doméstica.

No aspecto produtivo, essa regional também acompanha diretamente mais de 80 mulheres organizadas em grupos de produção de babaçu e derivados, como azeite e mesocarpo. Por exemplo, nos últimos três anos, mobilizou e assessorou diretamente o acesso de mais de mil mulheres à subvenção da PGM-Bio, garantindo, assim, acesso ao preço mínimo estabelecido para o babaçu pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Contribuição do PPP-ECOS

Essa região foi contemplada com projetos PPP-ECOS somente a partir de 2014, com a oportunidade dos editais com recursos do Fundo Amazônia. Foram selecionados três projetos que totalizaram um investimento de R\$ 180 mil em ações que fortalecem a estratégia regional de luta pela regularização fundiária aliada à diversificação dos quintais agroflorestais e potencialização do extrativismo de babaçu e juçara.

Os projetos não apoiam unicamente ações relacionadas à cadeia produtiva do coco babaçu, pois buscam em suas atividades fortalecimento institucional dos grupos organizados de quebradeiras de coco. Especificamente, os projetos da Associação do Quilombo Bom Jesus e da Associação do Quilombo Rural da Ilha de Camaputiua possuem atividades com foco na garantia do direito aos territórios tradicionais e na articulação da Lei Babaçu Livre.

Projetos apoiados pelo PPP-ECOS no território

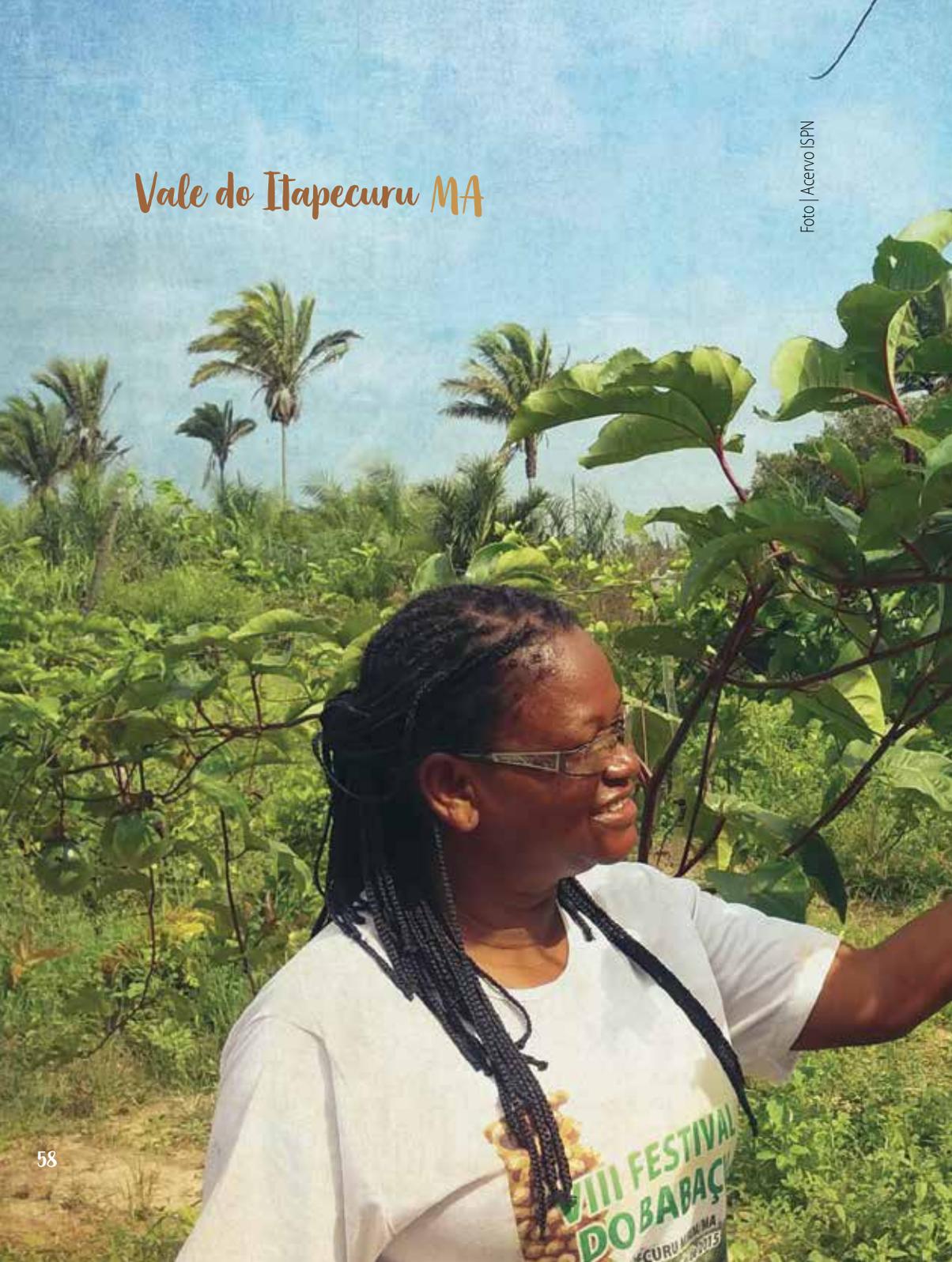
Nome da organização	Nome projeto	Ano início e fim	Valor solicitado ao PPP-ECOS	Apoio à cadeia do babaçu
Instituto Nacional de Aprendizagem (Inap)	Projeto Mulheres: reconstruindo alternativas para a preservação ambiental, produção agroecológica e agroextrativista sustentável*	2015 a 2017 (em execução)	R\$ 60.000,00	Direto
Associação de moradores Produtores Rurais Extrativistas Quilombo Bom Jesus	Agroecologia no quilombo Bom Jesus*	2014 a 2016	R\$ 60.000,00	Indireto
Associação de moradores do Quilombo Rural da Ilha de Camaputua	Capacitação de comunidades sobre direitos quilombolas e ambientais*	2015 a 2017 (em execução)	R\$ 60.000,00	Indireto

(*) Projetos apresentados no *Portfólio 2013-2017 do Programa de Pequenos Projetos ecossociais na Amazônia*⁴¹.

41 Disponível em <www.ispn.org.br/arquivos/portif%C3%B3lio-reduzido.pdf>, acesso em 12 Jun, 2017.

Vale do Itapecuru MA

Foto | Acervo ISPN



Ao adentrar a paisagem da Região do Vale do Itapecuru, veem-se vestígios de vegetação nativa com amplas áreas de pastagem para criação de gado de corte. Nessas áreas de pastagem, percebemos predominantemente a presença de espécies variadas de babaçu, mangas e caju.

Ao cruzar a região pela BR-135 visualizam-se igarapés e “valas” utilizadas pelas comunidades para aproveitamento de água da chuva para utilizarem durante o período de estiagem nos meses de julho a novembro. E gente, muita gente, quebrando e dançando o coco.

Adriana Giovana Nava Silva



O Vale do Itapecuru abrange uma área de 8.932,20 km² com uma população de 268.335 habitantes, dos quais 127.814 vivem na área rural, o que corresponde a 47,63% do total. Possui 16.865 estabelecimentos da agricultura familiar, 6.130 famílias assentadas e 54 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,59⁴².

42 Fonte: Territórios da cidadania, disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>, acesso em 24 nov. 2016.

Vale do Itapecuru

Municípios com projetos de quebradeiras apoiados pelo PPP-ECOS



Na região, os principais produtos comercializados do babaçu são: amêndoa do babaçu, carvão da casca do babaçu, sabonete, sabão, farinha de mesocarpo, azeite prensado a quente, óleo prensado a frio, artesanato de palha, sorvetes, pães, bolos, doces e panificados em geral.



Foto | Acervo ISPN

Contexto sociopolítico

No território do Vale do Itapecuru, há várias entidades de cunho sociopolítico com forte representação local e reconhecimento estadual. Entre elas, destacam-se as que são compostas e coordenadas por mulheres e se localizam no município de Itapecuru Mirim, tais como a União Clube de Mães, Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu de Itapecuru Mirim e o Clube de Mães Lar de Maria, da comunidade Pedrinhas.

Nos últimos 20 anos, essas instituições têm incentivado o incremento da produção agroextrativista, com captação de recursos federais e estaduais para construção, reforma e ampliação de unidades de beneficiamento do coco babaçu e implantação de áreas de cultivo de hortaliças e criação de animais de pequeno e médio porte, como galinhas caipiras e suínos. O objetivo desse trabalho é assegurar às famílias envolvidas a segurança alimentar e a geração de renda por meio da comercialização em feiras municipais e acesso aos mercados institucionais, PAA e Pnae.

A primeira entidade fundada na região foi o Clube de Mães Lar de Maria, em 1989, que ainda hoje desenvolve ativamente trabalhos na sua comunidade sede, Pedrinhas Clube de Mães, zona rural de Itapecuru Mirim. A organização é uma referência para outras comunidades e grupos de mulheres da região que desejam criar seus clubes de mães e investir na produção agroextrativista e/ou outras atividades que buscam geração de renda, melhores condições de vida e permanência das mulheres nas comunidades. Anualmente, recebem visitas de intercâmbio de outras comunidades, escolas e projetos.

Devido à importância e relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Clube de Mães Lar de Maria, suas lideranças locais articularam os diversos clube de mães existentes na região e fundaram a União Clube de Mães em 1997. Com o objetivo de agregar os diversos clubes da região, tanto da zona rural quanto da zona urbana, para firmar convênios com o poder público e facilitar o acesso das mulheres às políticas públicas voltadas para o campo, a União Clube de Mães alcançou resultados importantes relativos à promoção da qualidade de vida e geração de renda para as comunidades. Receberam financiamentos a fundo perdido pelo governo do estado, pelo Núcleo de Programas Especiais (Nepe)⁴³ e outros, conseguiram apoio para aquisição de tratores

43 Núcleo de Programas Especiais (Nepe), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (Sedagro) do Maranhão.

e maquinários, implantação de unidades de processamento e beneficiamento de produtos da agricultura familiar, casas de farinha, construção de poços semiartesanos e artesianos, usinas para pilagem de arroz, unidades de processamento de babaçu para produção de óleo, azeite e mesocarpo, e outros. Por meio dessas iniciativas a União Clube de Mães recebeu diversos prêmios, como o Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local, pela Caixa Econômica Federal (1º lugar), em 2007; o Prêmio Valores: 15 melhores do Brasil, em 2010; e o Prêmio Finep de Inovação Social (1º lugar), em 2012. Além disso, realizaram, em parceria com o território da cidadania, oito festivais do babaçu, mostrando a força e a resistência das mulheres.

Em 2008, pelo governo municipal de Itapecuru Mirim, houve incentivo para a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, denominado de compra local. A maioria dos municípios da região do Vale do Itapecuru aderiu aos programas do governo federal sob responsabilidade da Conab, tais como compra antecipada e o PAA. Em 2012 atingiram mais de 500 mulheres com projetos do PAA, chegando a mobilizar mais de três milhões de reais para o município.

Em geral, o foco dos projetos comunitários até 2013 eram as atividades produtivas, sendo as principais ligadas ao babaçu. Em 2014, foram iniciados dois Planos Básicos Ambientais (PBAs) oriundos da expansão da Estrada de Ferro Carajás, um deles executado pelo ISPN com o objetivo de fortalecimento institucional e de aspectos sociais, culturais e econômicos. Dessa forma, as ações das associações locais de três municípios beneficiários desses PBAs (Santa Rita, Itapecuru Mirim e Anajatuba) passaram a abranger, também, o foco na organização social.

Nesse sentido, com o apoio do ISPN, nove comunidades do Vale do Itapecuru realizaram o Diagnóstico Organizacional Participativo - DOP de suas organizações, por meio do qual puderam identificar as potencialidades e os desafios das associações, reavaliar as tomadas de decisões, perceber a importância da participação de jovens, mulheres e sócios fundadores e discutir sobre a necessidade de formação de novas lideranças, permitindo, assim, a composição de uma diretoria mais diversificada e participativa, com gestão administrativa e financeira voltadas para as necessidades reais de cada comunidade. O DOP foi um momento importante de fortalecimento institucional e de dinamização das relações entre os associados.

Dentre as principais conquistas, destacam-se a adimplência das associações para captação de novos investimentos nas atividades produtivas desenvolvidas; a ampliação da rede de parcerias da sociedade civil e do poder público; o aumento de renda proporcionado pela comercialização dos panificados, das hortaliças e demais produtos da sociobiodiversidade em feiras e mercados institucionais; a compreensão cada vez maior das famílias sobre a importância do manejo e do uso sustentável das florestas de babaçu para a garantia da continuidade da atividade extrativa; e o envolvimento de mulheres jovens na atividade social e produtiva.

Um dos principais desafios da região consiste na permanência dos jovens, pois há grandes ofertas de emprego fora da comunidade, na maior parte das vezes subemprego. Outro desafio é a relação institucional das comunidades com a empresa Vale S.A. e com outros movimentos sociais do Vale do Itapecuru e de outras regiões. Além disso, encontram dificuldades para a geração de renda e a permanência no território diante de constantes ameaças de grileiros e fazendeiros no entorno das comunidades e devido à pulverização de agrotóxicos em áreas próximas, o que dificulta a obtenção de certificação agroecológica de seus produtos.

Contribuição do PPP-ECOS

O apoio do PPP-ECOS na região teve início após o 23º edital, lançado em março de 2015, que contemplou três associações, de três comunidades quilombolas do município de Itapecuru Mirim, e envolveu 75 famílias. Os projetos ainda estão em fase inicial, executando a primeira parcela do recurso repassado.

O projeto da Associação Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria atua diretamente com a cadeia produtiva do babaçu ao apoiar a consolidação da agroindústria de produtos alimentícios derivados do coco, com ações para melhoria do escoamento da produção e de capacitação das associadas para acesso a novos mercados.

Com atuação não voltada especificamente à cadeia do babaçu, os projetos da Associação Beneficente Quilombola do Povoado Canta Galo e da Associação Quilombola São Benedito dos Produtores Rurais do Oiteiro dão apoio às quebradeiras e suas organizações. O primeiro projeto busca promover melhorias na cozinha comunitária e capacitar os associados em temas

diversos, como comercialização, agroecologia, gênero, entre outros. A iniciativa da Associação de Oiteiro busca contribuir com a recuperação de uma área degradada e com a melhoria da renda das famílias por meio da implantação de roças agroflorestais no entorno do açude da comunidade.

É importante destacar que o reconhecimento e o fortalecimento das comunidades quilombolas são o “pano de fundo” dos projetos em execução no Vale do Itapecuru.

Conforme o quadro a seguir, temos um apoio direto de R\$ 82 mil, aproximadamente, e de quase R\$ 125 mil de apoio indireto aos dois projetos que contribuem para o fortalecimento das quebradeiras e de suas organizações, mas que não atuam estritamente com a cadeia do babaçu.

Projetos apoiados pelo PPP-ECOS no território

Nome da organização	Nome projeto	Ano início e fim	Valor solicitado ao PPP-ECOS	Apoio à cadeia do babaçu
Associação Beneficente Quilombola do Povoado Canta Galo	Preservando o território quilombola com geração de trabalho e renda*	2016 a 2017 (em execução)	R\$ 65.404,36	Indireto
Associação Clube de Mães Quilombolas Lar de Maria	Projeto de fortalecimento ambiental e produtivo: preservando o verde e a vida nos babaçuais*	2016 a 2017 (em execução)	R\$ 82.330,00	Direto
Associação Quilombola São Benedito dos Produtores Rurais do Oiteiro	Roças Florestais: recuperando áreas degradadas com bases em sistemas agroflorestais e capoeiras*	2016 a 2017 (em execução)	R\$ 59.411,00	Indireto

(*) Projetos apresentados no *Portfólio 2013-2017 do Programa de Pequenos Projetos ecossociais na Amazônia*⁴⁴.



Bico do Papagaio TO

Foto | Acervo ISPN

O Bico do Papagaio é um ambiente de transição único, que reúne características dos biomas Cerrado e Amazônia. A partir do rio Tocantins, a terra arenosa e de vegetação tortuosa é interrompida pelas florestas de babaçuais até o encontro com o rio Araguaia. Na outra margem, descortina-se a majestosa floresta Amazônica.

Rodrigo Noletto



O **Bico do Papagaio** abrange uma área de 15.852,60 km² com população de 196.367 habitantes, dos quais 66.516 vivem na área rural, o que corresponde a quase 34% do total. Possui 7.201 estabelecimentos da agricultura familiar⁴⁵ e 5.732 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,62.⁴⁶

45 Fonte: IBGE, Censo agropecuário, 2006. Disponível em: <goo.gl/z0wBws>, acesso em 07 jun. 2017.

46 Fonte: Territórios da cidadania, disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>, acesso em 24 nov. 2016.

Bico do Papagaio

Municípios com projetos de quebraadeiras apoiados pelo PPP-ECOS



Na região, os principais produtos do babaçu comercializados são: amêndoa, carvão, azeite, mesocarpio e artesanato.



Foto | Acervo ISPN

Contexto sociopolítico

O processo de ocupação desta região foi determinado pelos fluxos migratórios a partir da década de 1950, quando boa parte de maranhenses chegaram da região central do estado em busca das “terras sem dono”, como ficou conhecida a vasta região do Bico do Papagaio. Esse movimento foi apoiado por setores da igreja católica, em especial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que ajudou na mobilização e organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (PTDRS, 2006).

O estado do Tocantins foi criado em 1988 a partir de um desmembramento do estado de Goiás, e sua porção mais ao norte era um grande vazio demográfico. Essas características facilitaram o assentamento de milhares de famílias, que se adensaram principalmente em três municípios (Araguatins, Buriti do Tocantins e Esperantina). Em termos numéricos, tem-se o registro de 108 Projetos de Assentamento (PA) nos 25 municípios do Bico do Papagaio (NCRA, 2017), sendo que, desses, 36 assentamentos estão concentrados nos municípios citados, o que corresponde a pouco mais de 30% do total de assentamentos do bico e abrange aproximadamente 3.600 famílias que vivem e produzem nas três localidades.

O Bico do Papagaio, apesar de ser uma das regiões mais relevantes do Brasil quando se considera a riqueza da sociobiodiversidade, possui algumas das áreas mais pobres e ameaçadas pelo desmatamento no país. A sua rica biodiversidade é manejada por povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, extrativistas e, notadamente, as quebradeiras de coco babaçu.

Na perspectiva de valorizar e conservar a biodiversidade local, as organizações da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais beneficiam e comercializam uma grande variedade de produtos do extrativismo. Entre eles, uma diversidade de subprodutos oriundos da palmeira babaçu, abundante na região. Uma das estratégias para a melhoria da qualidade de vida vem sendo promover a agregação de valor desses produtos, com a implantação de agroindústrias comunitárias e a venda direta em feiras e nos mercados institucionais. Contudo, o avanço dos processos produtivos e de comercialização enfrenta uma série de barreiras estruturantes. Entre elas, a ausência de assessoria técnica estatal e a falta de financiamento das atividades produtivas.

As principais organizações sociais da região foram estruturadas a partir da demanda dos trabalhadores/as rurais, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Tocantins (Fetaet), Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), associações de trabalhadores rurais, e do movimento das quebradeiras de coco babaçu, composto por organizações, como a Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip), a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti (AMB), A Associação da Reserva Extrativista Extremo Norte (Arent) e o MIQCB.

Uma organização que nasceu a partir da discussão de lideranças rurais, buscando realizar assessoria técnica diferenciada, foi a Alternativas para Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO). Essa organização, com forte base social, recebeu recursos de uma série de outras instituições (Misereor, Cordaid, Fundação Ford, MMA, Funbio, Brazil Foundation, Fundo Amazônia e Fundação Banco do Brasil) e está possibilitando a realização de ampla discussão para uma transição agroecológica dos sistemas produtivos da região. Além das organizações de base comunitária e assessoria, foi criada a Escola Família Agrícola Padre Josimo, que busca realizar uma educação diferenciada para jovens filhos e filhas de agricultores.

Apesar de grandes esforços na organização da base social, o escoamento da produção para o mercado formal e com maior valor agregado é dificultado em razão de uma série de barreiras sociais, políticas e econômicas, comuns à agricultura familiar. Com isso, desde a década de 1990, as organizações da região vêm discutindo o fortalecimento de suas capacidades de acesso aos mercados locais e regionais, principalmente para os produtos associados às cadeias produtivas de mel, babaçu e frutas.

Para essas organizações sociais, o desafio em acessar os mercados passa por um conjunto de questões que são baseadas em: princípios (qualidade da produção, não utilização de agroquímicos, maior participação das mulheres e jovens) e gargalos (gestão administrativa, acesso aos mercados, crédito, normas sanitárias, entre outros). Na tentativa de superar parte dessas dificuldades foi criada a Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina (COOAF-Bico). E, assim, teve início uma nova fase com discussões sobre questões sanitárias, proposição de políticas

públicas, por meio do Colegiado do Território da Cidadania do Bico do Papagaio, e acesso aos mercados institucionais.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Bico do Papagaio (PTDRS, 2006), o extrativismo do babaçu é a atividade rural predominante entre as mulheres camponesas da região. O relatório faz uma estimativa de que cada mulher realiza o beneficiamento de 12kg a 15kg de amêndoa por dia.

Em 1992 foi fundada a Asmubip, que está distribuída em oito municípios da região e tem um número aproximado de 300 associadas. Durante o período da safra do babaçu, que ocorre entre maio e dezembro, a Associação chega a beneficiar 100 toneladas de castanha, que pode render até 50 toneladas de óleo de babaçu.

No ano de 2000, foi criada na região uma grande empresa de processamento do babaçu, a Tobasa Bioindustrial (Tocantins Babaçu S/A). Essa empresa, considerada uma das 10 maiores empresas do estado, concorre com as organizações sociais, pois compra em grande quantidade o coco inteiro do babaçu. Apesar dos baixos valores pagos, tanto homens quanto mulheres tornam-se apenas “catadores” ou fornecedores de matéria-prima para essa indústria. Assim, as famílias precisam coletar um volume muito maior para receber uma pequena margem de lucro, fazendo desse sistema algo pouco rentável e desfavorecendo as associações e o trabalho em família e comunitário.

Um dos principais desafios das organizações da região é o acesso aos mercados locais e regionais, que passa por um conjunto de questões relevantes, como a estigmatização dos produtos locais e não industrializados. Além disso, ocorre uma completa inversão de valores na política de compras institucionais, que valoriza produtos ultraprocessados, inclusive na alimentação escolar. Dessa forma, as organizações estão desenvolvendo novos produtos e melhorando a sua apresentação, com uma rotulagem que gere associação da qualidade do produto, com a questão social e o cuidado com o meio ambiente.

Buscando superar o desafio da resistência de gestores e responsáveis por políticas públicas, são realizadas capacitações e degustações de produtos, inclusive com nutricionistas, que visam,

por exemplo, à inclusão do mesocarpo do babaçu na alimentação escolar.

Outros aspectos fundamentais relacionados ao processo produtivo comunitário e à comercialização desses produtos são: capacitação e manutenção dos recursos humanos; desenvolvimento de equipamentos adequados ao processamento comunitário e artesanal; e volume e custo da produção. Sobre este último aspecto deve-se considerar uma série de fatores, como variação da produção extrativista entre safras, maior poder de compra do atravessador, dificuldades de acesso ao capital de giro, distância e condições de acesso entre os locais de coleta e processamento, entre outros.

Com o apoio do PPP-ECOS, as organizações do Bico do Papagaio estão realizando investimentos estruturantes nas capacidades gerenciais, a partir de um forte processo de formação, e realizando uma discussão no território para que as ações sejam realizadas de maneira estratégica e articuladas. Por exemplo, associações que planejaram a construção de agroindústrias de processamento de polpas de frutas redirecionaram seus investimentos para centros de coleta e distribuição de frutas, visando ampliar a oferta do produto com um menor custo de produção, agregando valor para a produção da comunidade e concentrando investimentos em unidades produtivas com maior capacidade operacional.

Entretanto, apesar de todos os esforços para melhoria dos processos, produtos e gerenciamento das organizações produtivas, um grande entrave continua sendo a complexidade das normas que regem as cadeias produtivas e que não dialogam com as especificidades da produção artesanal, familiar e comunitária. Dentre essas, as normas sanitárias para a produção de alimentos vêm sendo apontadas como as mais difíceis de serem superadas pelos empreendimentos da agricultura familiar.

Na tentativa de diminuir esse distanciamento normativo, as organizações têm realizado oficinas e seminários, também com o apoio do ISPN, para sensibilizar órgãos públicos municipais e estaduais, que têm sido fundamentais para a discussão e implementação de políticas públicas locais, incluindo as voltadas para a legislação sanitária dos produtos da agricultura familiar.



Contribuição do PPP-ECOS

O apoio do PPP-ECOS a projetos de quebraadeiras de coco na região ocorre desde 1996, contemplando 17 organizações, e investindo um aporte de quase R\$400 mil em ações que envolvem diretamente a cadeia do babaçu, e de aproximadamente R\$1,02 milhão em projetos que envolvem as quebraadeiras e/ou o fortalecimento de suas organizações, conforme o quadro a seguir.

A partir de 2013, com apoio do Fundo Amazônia ao PPP-ECOS, houve a contratação de quatro projetos com foco direto no fortalecimento da cadeia produtiva do babaçu: “Babaçu Sustentável” e “Consolidação e integração produtiva dos núcleos de babaçu do Bico do Papagaio”, da Asmubip; o projeto da Associação Agroextrativista e Social do Projeto de Assentamento Canaã (Aaespac); e o “Rede de Comercialização do Bico do Papagaio/TO”, da APA-TO. As iniciativas objetivam fortalecer as organizações e a gestão dos núcleos produtivos das quebraadeiras de coco babaçu; aperfeiçoar as práticas de coleta e processamento dos produtos e subprodutos; ampliar as possibilidades e o acesso aos mercados e promover a divulgação dos produtos e subprodutos do babaçu.

O Projeto da Aaespac, no Assentamento Canaã, busca integrar a juventude local ao apoiar a atividade de artesanato e outras formas de agregação de valor ao babaçu (incluindo melhoria da unidade de beneficiamento). A Asmubip realizou investimentos na reforma e na ampliação de núcleos de produção e beneficiamento, inclusive na construção de uma agroindústria de processamento de azeite de babaçu no PA Ouro Verde, setor Barro Branco.

Por fim, o projeto da APA-TO realiza a articulação no território do Bico do Papagaio para viabilizar a criação de uma rede de comercialização na região. Além disso, realizou uma série de encontros e oficinas de sensibilização e formação para os gestores públicos e organizações da sociedade civil, a fim de tornar pública e conhecida a agenda da regulamentação sanitária, orientada aos produtos da agricultura familiar. As atividades envolveram órgãos públicos municipais (Esperantina, Buriti, São Sebastião e Araguatins) e estaduais (Vigilância Sanitária e Agência de Defesa Agropecuária do estado do Tocantins) que regulamentam as normas sanitárias. O intuito foi sensibilizá-los para que possam, a partir de uma melhor compreensão sobre as especificidades dos produtos advindos da agricultura familiar, colaborar com a temática nas instâncias de decisão.

Projetos apoiados pelo PPP-ECOS no território

Nome da organização	Nome projeto	Ano início e fim	Valor solicitado ao PPP-ECOS	Apoio à cadeia do babaçu
Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip)	Aproveitamento racional do coco babaçu e desenvolvimento comunitário	1996 a 1997	R\$ 20.661,00	Direto
	Produção de óleos vegetais, manejo integrado de novas culturas e desenvolvimento comunitário - Etapa II	1998 a 2000	R\$ 30.616,67	Direto
	Quintal Medicinal	2001 a 2003	R\$ 7.161,13	Indireto
	Babaçu Sustentável*	2013 a 2016	R\$ 60.000,00	Direto
	Consolidação e integração produtiva dos núcleos de babaçu do Bico do Papagaio*	2016 a 2017 (em execução)	R\$ 90.000,00	Direto
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguatins/TO	Abelhas do Cerrado	2001 a 2003	R\$ 67.853,36	Indireto
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Axixá de Tocantins	Frutificar com o Cerrado	2002 a 2004	R\$ 65.411,75	Indireto
Clube Agrícola Sete Barracas (CASB)	Reativação da micro usina de extração de óleo de babaçu, no povoado de Sete Barracas	2002 a 2003	R\$ 77.846,46	Direto
Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO)	Potencializar as riquezas do Cerrado	2002 a 2004	R\$ 67.713,63	Indireto
	Rede de Comercialização do Bico do Papagaio/TO*	2014 a 2016	R\$ 60.000,00	Direto

Nome da organização	Nome projeto	Ano início e fim	Valor solicitado ao PPP-ECOS	Apoio à cadeia do babaçu
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina, São Sebastião e Buriti	Fortalecimento do agroextrativismo nos municípios de Esperantina e Buriti	2004 a 2007	R\$ 87.679,47	Indireto
Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Buriti (AMB)	Aprendendo e preservando o babaçu pelas comunidades rurais de Buriti	2006 a 2009	R\$ 52.976,99	Direto
Associação Comunitária São Francisco de Assis	Produção e comercialização de artesanato e valorização do Cerrado em Axixá	2007 a 2009	R\$ 52.593,89	Indireto
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Regional de São Sebastião, Buriti e Esperantina/TO	Extrativismo e comercialização de produtos agroextrativistas	2008 a 2010	R\$ 52.008,35	Indireto
Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (Coopter)	Meio ambiente verde – recuperação e preservação ambiental*	2013 a 2016	R\$ 59.400,50	Indireto
Associação dos Pequenos Lavradores do Projeto de Assentamento Ouro Verde, Setor Barro Branco (ASBB)	Colhendo água plantando árvores*	2013 a 2017	R\$ 60.000,00	Indireto
	Fruta Nova: beneficiando frutos e preservando vidas*	2016 a 2017 (em execução)	R\$ 86.931,00	Indireto
Associação Agroextrativista e Social do Projeto de Assentamento Canaã (Aespac)	Conservação e uso comunitário da biodiversidade da área coletiva do assentamento Canaã*	2014 a 2017 (em execução)	R\$ 60.000,00	Direto

Nome da organização	Nome projeto	Ano início e fim	Valor solicitado ao PPP-ECOS	Apoio à cadeia do babaçu
Associação de Projeto de Assentamento Santa Cruz - Setor São Félix (Apasc)	Frutificar com a Amazônia*	2014 a 2016	R\$ 60.000,00	Indireto
	Frutificar com a Amazônia II*	2016 a 2017 (em execução)	R\$ 90.000,00	Indireto
Cooperativa da Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina Ltda. (COOAF-Bico)	Organização da produção agroextrativista de Esperantina*	2015 a 2017 (em execução)	R\$ 83.575,00	Indireto
Associação Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio (AEFA-Bico)	Jovens Semeando Agroextrativismo*	2015 a 2017 (em execução)	R\$ 60.000,00	Indireto
Associação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais do Projeto de Assentamento 7 de Janeiro Setor I (ATRSSJ)	Agroecologia: semeando a vida nos assentamentos*	2016 a 2017 (em execução)	R\$ 60.000,00	Indireto

(*) Projetos apresentados no *Portfólio 2013-2017 do Programa de Pequenos Projetos ecossociais na Amazônia*⁴⁷.

47 Disponível em <www.ispn.org.br/arquivos/portif%C3%B3lio-reduzido.pdf>, acesso em 12 jun. 2017.



Foto | Acervo ISPNI/Peter Caton

V Aprendizados e reflexões do ISPN

Ao rodar pelas rodovias e estradas de chão de grande parte do Maranhão, norte do Tocantins e regiões do Piauí e do Pará, nos deparamos com a presença constante de palmeiras de babaçu e presenciamos, também, uma cena bem característica: montes de coco babaçu nos quintais e grupos de mulheres ao redor, quebrando, conversando e cantando cantigas que evocam palmeiras e quebradeiras.

Com essa cena na cabeça, nos perguntamos: quais elementos e significados estão por trás desse cotidiano na chamada região ecológica do babaçu? De que modo a luta das quebradeiras para afirmar a identidade, o modo de viver e garantir seus direitos dialoga com questões-chave para o desenvolvimento do Brasil (melhor distribuição das riquezas, geração de emprego e renda e manutenção da biodiversidade)? E de que forma essa luta se relaciona com temas globais, como desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas?

A busca por respostas a essas perguntas nos remete a pensar também sobre o desenvolvimento sustentável. O conceito fundamenta-se na capacidade de uma sociedade suprir suas necessidades básicas, sem comprometer as condições de sobrevivência das gerações futuras e poder ter opções, escolhas, sobre os seus modos de vida. Por isso, o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam as necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando oportunidades a todos. Para dar conta desse desafio, entendemos que comunidades tradicionais que conhecem, interagem, manejam e potencializam os agroecossistemas têm muito a ensinar sobre como colocar em prática o conceito de desenvolvimento sustentável.

As características sustentáveis do modo de vida e do agroextrativismo praticadas pelas quebradeiras incluem a capacidade de gerar ocupação e renda, de produzir alimentos para a segurança alimentar das famílias, de ofertar alimentos saudáveis aos mercados locais e, ainda, de manter ativos ambientais. Essa vocação é potencializada pelos projetos ecossociais ao favorecerem a materialização das estratégias de fortalecimento da identidade e melhoria de vida dessas comunidades. E, ainda, poderia ter sua escala de benefícios ampliada substancialmente se o agroextrativismo e a proteção e conservação dos territórios tradicionais fossem considerados na estratégia de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável do Estado brasileiro.

No entanto, determinar indicadores e colher dados que gerem informações consistentes, que comprovem as características sustentáveis do modo de vida das quebradeiras, ainda é um grande desafio para todos que atuam no campo socioambiental. Mesmo assim, buscamos colher e sistematizar informações que ilustram e fundamentam essa perspectiva.

Em especial, utilizamos muitos dados do estudo desenvolvido por Santos (2006), que fez uma avaliação econômica de experiências desenvolvidas por projetos ecossociais agroextrativistas na cadeia do babaçu nos estados do Tocantins, na região do Bico do Papagaio; e no Maranhão, nas regiões da Baixada Maranhense, Vale do Itapecuru e Médio Mearim. Entretanto, essa pesquisa teve suas limitações, pois abrangeu um universo restrito de quebradeiras, de forma que os resultados obtidos não podem ser extrapolados para o total das quebradeiras, muito embora tragam importantes subsídios para reflexão.

Como os aspectos possíveis para análise são inúmeros, escolhemos priorizar três indicadores mais relacionados aos temas desenvolvidos pelos projetos PPP-ECOS apoiados pelo ISPN:



i) Economia e geração de renda

ii) Benefícios sociais

iii) Conservação ambiental

Economia e geração de renda

Considerando os benefícios econômicos, a cadeia de valor do babaçu tem importância estratégica e alta relevância para a movimentação de economias locais, embora bastante preterida em termos de reconhecimento e investimentos públicos.

A invisibilidade do extrativismo passa pela fragilidade das pesquisas realizadas pelos órgãos oficiais, que poderiam ilustrar com dados a contribuição do babaçu para a renda das famílias. Apesar disso, há números interessantes, mas que representam uma parcela pequena da movimentação financeira proporcionada pelo babaçu, pois trata somente de comercialização formal, e sabemos que a maior parte é feita de maneira informal, sem registros fiscais e por famílias sem a posse das áreas de extrativismo. Outra limitação é que tais dados referem-se apenas à comercialização da amêndoa de babaçu *in natura* e não abarca outros subprodutos, como mesocarpo, azeite, carvão, entre outros.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE⁴⁸, dos produtos florestais não-madeireiros, a amêndoa do babaçu é o

48 Segunda apuração do Censo - versão de 2012, disponível em <goo.gl/bb1FrE>, acesso em 05 set. 2016.

produto com a maior quantidade de estabelecimentos de produção (quase 69.000) e o segundo mais vendido no Brasil (perdendo somente para o açaí), com cerca de 148 mil toneladas por ano, o que resulta em um valor total da produção de aproximadamente R\$ 109 milhões. Cabe destacar que o principal produtor de babaçu do Brasil é o Maranhão, conforme apresentado na tabela a seguir.

Quadro 01. Quantidade de estabelecimentos e valor total da produção do babaçu, nos estados brasileiros, 2006.

Estado	Estabelecimentos	Valor da produção
Maranhão	58.594	R\$ 104.852.000,00
Tocantins	291	R\$ 372.000,00
Outros	9.856	R\$ 3.836.000,00
Total	68.741	R\$ 109.060.000,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O MIQCB estima que há pelo menos 300 mil quebradeiras de coco babaçu nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará, das quais muitas não aparecem nos dados oficiais já que atuam no mercado informal ou porque já trabalham com outros subprodutos do babaçu.

A diversificação de produtos e mercados é uma estratégia que tem sido adotada pela APA-TO, Assema e Acesa, com vistas a aumentar a renda das famílias. Nesse sentido, essas organizações têm investido na articulação de redes de comercialização, que incluem os mercados institucionais (PAA e Pnae), feiras locais e regionais, restaurantes e pequenos mercados, ampliando a sustentabilidade da atividade. Além disso, por meio do apoio à estruturação de empreendimentos comunitários, as quebradeiras vêm agregando valor à produção, em produtos como o mesorcarpo, panificados, cosméticos, azeite, carvão e outros produtos do babaçu e da agricultura familiar. Mais informações sobre a iniciativa podem ser encontradas nos links:

www.apato.org.br/programas-e-projetos/projetos/rede-de-comercializacao-do-bico-do-papagaio-to/

<http://www.assema.org.br/assema>

<http://www.acesa.eco.br/>

Para ilustrar a diversidade e o volume de produtos derivados do babaçu que são comercializados pelas organizações, a seguir mostramos alguns dados apresentados no levantamento realizado por Santos (2016) e Assema (2015) e que dão uma dimensão da diversidade de produtos e mercados acessados pelas organizações da agricultura familiar.

Quadro 02. Diversidade de produtos e volume de produção das organizações da agricultura familiar de quebradeiras de coco babaçu.

Território	Organização da Agricultura Familiar	Produtos	Volume de Produção	Valor Total (2015)
Médio Mearim *	Coppalj	Óleo orgânico certificado	198 ton	R\$ 1.914.146
		Torta (alimentação animal)	109 ton	R\$ 51.812,00
	Amtr	Sabão	787 kg	R\$ 6.591,00
		Sabonete	28.068 unid	R\$ 27.137,00
	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis	Farinha de mesocarpo	9.198,5 kg	R\$ 98.576,80
Baixada Maranhense **	Coletivo de Mulheres do Assentamento Vila Diamante	Azeite	7.200 l	R\$ 72.000,00
Itapecuru Mirim **	Clube de Mães Lar de Maria	Biscoito com farinha de mesocarpo	300 kg	R\$ 3.600,00
		Sorvete	960 l	R\$ 9.600,00
Bico do Papagaio **	Asmubip e Coaf-Bico	Azeite	46.560 l	R\$ 470.784,00
			1.728 kg	

* Dados Assema (2015). ** Dados Santos (2015)

Além da produção e comercialização coletivas, feitas por meio das associações e cooperativas, outros produtos são comercializados individualmente pelas quebradeiras de coco, como é o caso da casca e do carvão da casca do babaçu, para os quais existe grande demanda de mercado, mas para os quais não há dados sobre volume comercializado. O azeite de babaçu é outro produto que muitas vezes é comercializado de forma individual e apresenta forte demanda local. Face a essas informações, constata-se que o valor da produção anual gerado na cadeia do babaçu deve ser superior ao valor apontado pelo Censo Agropecuário e precisa ser mais bem estudado.

A renda gerada na comercialização é relevante para uma parcela considerável das famílias que comercializam esses produtos. A título de exemplo, é possível ilustrar esse fato com a experiência exitosa da Coppalj, que, em 2015, gerou para seus cooperados uma renda média por família/mês de R\$ 1.920,00 (ASSEMA, 2015). Nos casos dos empreendimentos de menor porte, a renda gerada, ainda que pequena, é comparável em importância à renda do Programa Bolsa Família, visto que, como é gerada durante o ano todo, viabiliza a permanência das famílias no campo.

Outro aspecto que deve-se observar é que a organização social influencia na distribuição dos recursos financeiros gerados, ou seja, o montante que chega de fato “às mãos” das quebradeiras. Dessa maneira, elas atuam para melhorar a agregação de valor e distribuição mais justa dos resultados econômicos da cadeia. Em algumas regiões, como o Médio Mearim no Maranhão, essa intervenção é tão relevante que as quebradeiras conseguem influenciar diretamente o preço da amêndoa no mercado regional. A organização social é um aspecto-chave para o desenvolvimento inclusivo no país, tão importante que foi apontado em 1987 pela ONU, no documento *Nosso Futuro Comum*, como um dos condicionantes para o desenvolvimento sustentável.

O nível de organização das quebradeiras repercute em inúmeros aspectos econômicos e sociais, mas na comercialização ele se apresenta como definidor da ordem de grandeza da exploração do trabalho comunitário e familiar por agentes externos. No estudo realizado por Santos (2016), a comercialização da amêndoa feita de forma individual pela quebradeira a atravessadores alcança preços irrisórios como R\$1,30/kg. As quebradeiras organizadas minimamente que acessam o mercado formal, com emissão de nota fiscal, recebem pelo menos R\$2,87/kg da



Foto | Acervo ISPN/Peter Catton

amêndoa, o preço mínimo estabelecido pela Conab. No entanto, quando há uma organização social, o valor alcançado na venda da amêndoa pode ser ainda maior. Um exemplo disso é o caso da Coppalj, a cooperativa das quebradeiras de coco e agricultores familiares da região do Médio Mearim, que estabeleceu estratégias articuladas para a logística de produção, transporte, armazenamento e comercialização, assim como a diversificação e ampliação de mercados, proporcionando melhor remuneração dos agroextrativistas com a distribuição de lucros da cooperativa.

Quadro 03. Comparação entre o valor médio do quilo da amêndoa obtido em diferentes modalidades de comercialização.

Comercialização	Valor médio do quilo da amêndoa
Individual – mercado informal	R\$ 1,30
Individual – mercado formal (acesso a PGPM-Bio)	R\$ 2,87
Vinculada a organizações sociais*	R\$ 3,30

(*) Exemplo da Coppalj.

Nos casos em que a comercialização é feita com comprovantes fiscais, mesmo que o preço pago pela indústria seja inferior ao preço mínimo estabelecido pela Conab, as organizações recebem a diferença por meio da subvenção do Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Biodiversidade (PGPM-Bio). É importante mencionar que o estabelecimento desse preço mínimo conta com a participação das quebradeiras, por meio de suas organizações de representação.

A Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)⁴⁹ visa reduzir a variação na renda dos extrativistas e apoiar a valorização de seus produtos. Para isso, é fixado um preço mínimo para determinados produtos e, caso o produtor não consiga vender por esse valor, ele recebe um benefício que complementa o valor de venda, visando ao alcance do preço mínimo.

49 Mais informações sobre o PGPM-Bio em: <www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1643&t=2>; <www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_29_11_25_10_cartilha_pgpm_bio__bx.pdf> e <www.youtube.com/watch?v=84gkOrrPVmo>, acesso em 30 mai. 17.

A operacionalização da PGPM-Bio é de responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que define o preço mínimo e viabiliza o pagamento do benefício. O acesso à PGPM-Bio pode ser direto pelo produtor ou por meio de associações ou cooperativas. Mensalmente, a Companhia divulga a Conjuntura Mensal, que apresenta os preços estipulados. Em síntese, o fato de conhecer e acessar políticas públicas, por meio das organizações sociais, representa para as quebradeiras um acréscimo de mais de 100% no preço da amêndoa, quando comparamos com quebradeiras que comercializam de forma individualizada.

Além disso, em relação ao beneficiamento do babaçu, no estudo de Santos (2016) verificou-se que uma determinada família da região do Bico do Papagaio produziu cerca de 608kg de amêndoa em 2013, o que é uma média de produção facilmente alcançada pelas quebradeiras da região. No entanto, essa família beneficiou e comercializou os seguintes produtos de babaçu: amêndoa *in natura*, azeite, carvão e flocos de mesocarpo (conforme as quantidades e os valores apresentados no quadro a seguir). Com isso, naquele ano, obteve uma renda aproximada de R\$8,7 mil. Ao passo que, se a família tivesse comercializado somente a amêndoa *in natura* teria obtido um montante de quase R\$1,5 mil, demonstrando como é importante o beneficiamento para a agregação de valor desses produtos.

Quadro 04. Produtos de babaçu beneficiados e comercializados por uma família de quebradeira do Bico do Papagaio (TO) em 2013.

Produto	Quantidade	Preço unitário	Total
Amêndoa <i>in natura</i>	96 kg	R\$2,40	R\$230,40
Azeite	256 litros	R\$10,00	R\$2.560,00
Carvão	20 sacos*	R\$15,00	R\$300,00
Flocos de mesocarpo	560 kg	R\$10,00	R\$5.600,00
Total			R\$8.690,40

* 3kg de carvão por saco | Fonte: Santos, 2006.

Vale ressaltar que esses resultados referem-se a benefícios econômicos, mediante o aumento de renda produtiva, em regiões com os menores índices de desenvolvimento do país. Em 2010, segundo dados do IBGE, a renda mensal média *per capita* no Tocantins foi de R\$512, sendo que nos municípios inseridos no Bico do Papagaio essa média foi de R\$347. O Bico do Papagaio destaca-se no cenário nacional como uma região onde ainda há pobreza extrema e grande desigualdade social⁵⁰.

Com esses dados, percebemos a importância de se apoiar projetos de diversificação e agregação de valor aos produtos do babaçu, que possibilitam que as quebradeiras de coco saiam da posição de fornecedoras de matéria prima para as indústrias e assumam as diversas etapas dos processos produtivos e de comercialização, aumentando assim a renda gerada.

Por fim, vale esclarecer que além da renda gerada pelo babaçu, os modos de vida das quebradeiras de coco também incluem a produção de alimentos básicos para autoconsumo e comercialização de excedentes produzidos em quintais produtivos ou em pequenas roças, que variam conforme a disponibilidade de terra e mão de obra da família. No levantamento realizado por Santos (2016), a produção das roças e quintais de 11 famílias abrangeu 40 itens, como: arroz, milho, diversos feijões e favas, farinha de mandioca, hortaliças diversas, frutas e pequenos animais. Esse estudo verificou que a diversidade de produtos e a disponibilidade de 1kg a 4kg de alimentos por dia confere uma boa condição de segurança alimentar às famílias e dá qualidade nutricional à dieta. Essa “renda não monetária” é difícil de contabilizar, pois exigiria maior tempo de estudo para sua valoração, mas é evidente sua relevância para a qualidade de vida e sustentabilidade das famílias das quebradeiras de coco babaçu. O excedente dessa produção de alimentos (além do babaçu) é comercializado no mercado local (venda direta ou para pequenos comerciantes e mercado institucional), gerando um aporte de renda às famílias (SANTOS, 2016). Nos últimos anos, muitas famílias de quebradeiras de coco babaçu também iniciaram a comercialização de alimentos para os mercados institucionais, a exemplo do grupo de mulheres Marias Mistras, de Viana/MA, no qual 14 mulheres entregam sistematicamente alimentos provenientes de seus quintais para a merenda escolar, alcançando o valor de R\$ 8 mil anuais por família.

50 Para mais informações, veja “Notas Sobre a Desigualdade Social no Bico do Papagaio – Tocantins”. Disponível em <<https://sistemas2.uft.edu.br:8004/index.php/desafios/article/view/772/9152>>, acesso em 06 jun. 2017.

A partir das entrevistas realizadas por Santos (2016), verificamos que a renda gerada pela comercialização de alimentos (que dependem das safras) acrescida da renda gerada pelo babaçu, além da não monetária, proveniente dos quintais e produtos do babaçu, têm propiciado condições favoráveis à reprodução das famílias e de seus modos de vida.

As informações acima significam também que essas comunidades são importantes para a oferta de alimentos saudáveis em suas regiões, pois abastecem um mercado regional, que sem a produção agroextrativista estaria totalmente dependente de alimentos provenientes de regiões longínquas. No entanto, é importante ressaltar que esse potencial produtivo precisa ser melhor desenvolvido por meio de incentivos e da implementação de políticas públicas fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar, como os programas de compras institucionais, assistência técnica e crédito.

Essas medidas, se ampliadas em larga escala, poderiam contribuir para superar a condição de pobreza de grande parte dos municípios da região, que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), onde mais de 50% da população tem renda mensal *per capita* abaixo de meio salário mínimo, e menos de 5% da população tem ocupação formal (IBGE, 2014).

Diante dos elementos aqui apontados, acreditamos que as comunidades e famílias agroextrativistas conseguem otimizar oportunidades e recursos recebidos por meio de projetos socioambientais, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável. Isso não significa que não tenham desafios, como a manutenção da juventude no campo, a inovação tecnológica, o aprimoramento dos arranjos organizacionais e produtivos, entre outros. Desafios esses que são frequentemente objeto de atuação dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS.



Foto | Acervo ISPN/Peter Caton

Benefícios sociais

Além dos benefícios econômicos apontados, o MIQCB, Assema, Asmubip e tantas outras organizações das quebradeiras de coco babaçu promovem uma representação ampla e consistente, por meio de suas lideranças, nos espaços de incidência política para a garantia de direitos e políticas públicas para jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais, nas três esferas da gestão pública.

Um bom exemplo dessa intervenção é um projeto em execução pelo MIQCB que mobilizará representantes, de todas as regiões brasileiras, atuantes no Conselho Nacional da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)⁵¹ para realizarem um amplo processo de avaliação dessa política e de articulação para sua implementação.

Além de participar dos espaços de representação política, ocasionalmente, as lideranças contribuem para orientar e “assessorar” os gestores públicos na implementação das políticas públicas. Há vários relatos em que as quebradeiras auxiliaram a elaboração das chamadas públicas municipais para as compras

⁵¹ A PNPCT foi instituída pelo Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

institucionais do PAA e Pnae, e no estabelecimento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar.

As lideranças também desempenham um papel importante de atuação “na ponta” com mulheres e suas famílias nas comunidades rurais. Elas dão capilaridade às informações e subsídios para a compreensão sobre seus direitos e sobre os meios que têm para que não sejam violados. Atuam também firmemente no combate à violência contra a mulher e para garantir acesso a uma gama de programas e políticas públicas, tais como previdência social, mercados institucionais, crédito, Ater e outras.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)⁵² foi instituído pelo Artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 07 de maio de 2008. O programa visa à promoção do acesso à alimentação e ao incentivo da agricultura familiar, por meio da aquisição de produtos dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas, com dispensa de licitação. Os alimentos destinam-se à formação de estoques governamentais ou à doação a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)⁵³ foi implantado em 1955 e regulamentado pela Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009. Tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Segundo o Art. 14 da Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009, do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

52 Mais informações em <www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>; <www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf> e <goo.gl/ZDA8ST>, acesso em 30 mai. 2017.

53 Mais informações em <goo.gl/ZwtqH5> e <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf](http://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf)>, acesso em 30 mai. 2017.

No aspecto social, vemos que um dos grandes desafios enfrentados pelas comunidades é o de como lidar com a juventude do campo. A atividade de quebra do coco, em geral, ainda é manual, o que não é muito atrativo aos jovens. Portanto, é preciso descobrir formas de envolvê-los na atividade do babaçu, como melhorias tecnológicas, de produção e comercialização, garantindo, assim, qualidade de ocupação e renda satisfatórios para eles. Nesse sentido, apresentaremos algumas iniciativas que merecem destaque.

A primeira é o projeto “Jovens em Comunicação”⁵⁴, uma iniciativa da APA-TO realizada em parceria com Associações de Barro Branco, Canaã, São Félix e Santa Juliana, com a Comunidade Olho D’Água, a Associação Escola Família Agrícola do Bico do Papagaio e a COOAF-Bico. O projeto capacitou jovens agricultores familiares de 6 comunidades do Bico do Papagaio em comunicação comunitária. O processo promoveu o debate crítico a respeito da comunicação, capacitações em elaboração de textos, produção de fotos e vídeos. Como resultado, os jovens produziram reportagens escritas e audiovisuais sobre suas realidades, um blog e uma *fanpage* dos “Jovens em Comunicação”. As atividades desenvolvidas nesse projeto não têm foco no coco babaçu, mas interferem positivamente no trabalho das quebradeiras da região, pois também documentam e divulgam suas ações.

Foto | Acervo ISPN/Peter Caton



Outra iniciativa é o projeto “Pindova”⁵⁵, realizado pelo MIQCB em parceria com o Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (NCADR), que visa promover a geração de renda das quebradeiras de coco babaçu e oportunidades de trabalho para os jovens de suas comunidades, no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Para isso, prevê a capacitação de 120 jovens das comunidades de quebradeiras de coco babaçu, a inclusão deles nos núcleos produtivos e a criação de uma rede, integrando os 120 jovens das comunidades a jovens do Brasil e do mundo que estejam interessados em incentivar o consumo consciente.

Ainda em relação à juventude, vale mencionar as iniciativas de criação das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs na região do Médio Mearim e no Bico do Papagaio. A partir da década de 1990, os movimentos sociais dessas regiões fundaram as EFAs, baseadas na pedagogia da alternância, impulsionados pela discussão da necessidade de se oferecer aos jovens uma educação contextualizada e que os estimulasse a permanecerem no campo. Essas iniciativas têm proporcionado uma formação solidária e consistente aos jovens, que hoje estão acessando o ensino superior e trazendo novas capacidades e conhecimentos para as comunidades rurais.

Vemos que iniciativas como essas têm contribuído para gerar um maior engajamento dos jovens nas comunidades e aproximação deles com as outras gerações. Além disso, faz-se necessário que os jovens do campo tenham qualidade de vida, acesso a terra, oportunidades de educação contextualizada, de trabalho e geração de renda, dentre outros aspectos de grande importância para dar condições à sua permanência no campo.

55 Mais informações em <www.miqcb.org/projeto-pindova>, acesso em 06 jun. 2017



Foto | Acervo ISP/ Peter Catton



Conservação ambiental

Outro aspecto-chave para o desenvolvimento do Brasil, em destaque na perspectiva de trabalho do ISPN, é o alcance de maior escala na conservação ambiental e em seus serviços ecossistêmicos associados, a partir da garantia de políticas públicas e de direitos fundamentais, como territórios tradicionais e acesso a recursos naturais, pelas comunidades agroextrativistas que existem e resistem no Brasil.

Nesse sentido, benefícios ou serviços ecossistêmicos, como biodiversidade, carbono armazenado, água infiltrada, solo protegido etc., são gerados pelo babaçu nos sistemas produtivos das comunidades, em contraponto aos monocultivos empresariais. A presença da palmeira, nesse contexto, é de extrema relevância inclusive para o cumprimento das metas de conservação assumidas pelo Brasil em esferas internacionais, a exemplo das Convenções sobre Diversidade Biológica⁵⁶ e sobre Mudanças do Clima⁵⁷.

56 A Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Fonte: <www.mma.gov.br/destaques/item/7513-conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-diversidade-biol%C3%B3gica-cdb>, acesso em 8 jun. 2017.

57 Informações sobre a Convenção sobre Mudanças do Clima disponíveis em <www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas>, acesso em 08 jun. 2017.

A elevação geral do preço das *commodities* (carne *in natura*, soja, papel e celulose, ferro-gusa, ferro e madeiras), notadamente em 2013 e 2014, tem gerado uma expansão de grandes empreendimentos voltados para pecuária, sojicultura, plantio de dendê e de eucalipto, exploração madeireira, além de atividades de mineração e siderurgia, provocando aumento do desmatamento e impactos socioambientais (ALMEIDA, 2005).

A ocorrência natural da palmeira em florestas nativas se dá em densidades populacionais mais baixas que nos babaçuais, mas processos de degradação ambiental, como desmatamento e queimadas, favorecem a regeneração do babaçu, por se tratar de planta pioneira, ocasionando a sua dominância nessas áreas. (MAY, 1990). No entanto, em regiões onde há uma grande concentração da palmeira as comunidades têm atuado no manejo da espécie, utilizando a área para o estabelecimento de hortas e de plantios consorciados, aumentando assim a agrobiodiversidade dos sistemas.

A partir das entrevistas realizadas por Santos (2016) nas comunidades das regiões do Bico do Papagaio (Tocantins), Médio Mearim, Vale do Itapecuru e Baixada Maranhense (Maranhão) foi elaborada uma lista de espécies frutíferas e florestais associadas aos babaçuais, conforme quadro a seguir, evidenciando ambientes agroflorestais diversos, de grande importância na manutenção dos ciclos de água e carbono, e do ecossistema, por abrigar, alimentar e permitir o trânsito da fauna.

Em relação à fauna, as entrevistas realizadas revelaram o avistamento de espécies de topo de cadeia em todas as regiões, tais como onça-parda, onça-pintada, gato-maracajá, gaviões, jacaré, além de outros animais comuns em ambientes conservados, como veados, cutia, bicho-preguiça, jabuti, paca, lontra, dentre outros.

Quadro 05. Espécies da fauna silvestre e flora (nativa e cultivada) listadas pelos entrevistados na pesquisa realizada por Santos (2016) nas regiões do Médio Mearim, Baixada Maranhense e Vale do Itapecuru (MA) e no Bico do Papagaio (TO).⁵⁸

	Maranhão		Tocantins
	Médio Mearim	Baixada Maranhense e Vale do Itapecuru	Bico do Papagaio
FLORA	Abacaxi, açai, acerola, amoreira, angelim, aroeira, ata, babaçu, banana, caju, cedro rosa, coco, criviri, cumaru, figueira, goiaba, ipê, jaca, jambo, jatobá, laranja, limão, maçaranduba, mamão, manga, nim, pau-paraíba, pitombeira, tarumã e vinagreira (cuxá).	Açai, acerola, angelim, bacuri, banana, cajá, caju, cedro-rosa, chicote, criviri, cumbuca, fava amarela, fava-banha-de-galinha, goiaba, ingá, jaca, janaúba, jatobá, juçara, limão, mamão, manga, marajá, mejuba, pau-paraíba, pequi, pitombeira, quitara, tarumã, taturuba e tuari.	Abacate, abacaxi, açai, acerola, aroeira, atamenju, azeitona, bacaba, bacuri bravo, bacuri manso, banana, biribá, café, cajá, caju, carimbeira, cedro, copaíba, coração de negro, cumaru, cupuaçu, faveira, garra-branca, goiaba, ingá-de-metro, ingá-do-brejo, ingá macaco, ipê, jaca, jacarandá, jambo, jatobá, laranja, limão, manga, mogno, mucuíba, nim, pau-d'arco, pupunha, sapucaia, taturuba, teca, urucum e xixá.
FAUNA	Alma-de-gato, anu, camaleão, carão (garça), carcará, catitu, curica, cutia, gato-do-mato (maracajá), gavião-preto, gavião-vermelho, inhuma, jirita (gambá), macaco, mucura (roedor), nambu capote, nambu-pé-roxo, nambu-pé-vermelho, nambu-preta, onça-parda, onça-pintada, paca, papagaio, peba, pipira, preguiça, quandu (porco espinho), raposa, reongo, rolinha, sabiá, socó, tatu-bola, tatu-peba, veado-capoeiro, veado-mateiro e veado-sutinga.	Camaleão, capivara, catitú, coelho-roxo, cutia, garça-branca, gato-maracajá, gavião, guaxinim, inhambu-preto, jacaré, juriti, lontra, macaco-amarelinho, macaco-da-noite, macaco-prego, macaco quatro-olho, mambira, mucura, nambu, onça-pintada, onça-preta, oncinha, paca, perdiz, porco-espinho, preguiça, quati, raposa, rato-vermelho, siricora, siriquara, surulina, tatu e veado-pintado.	Capivara, catitu, curicão (papagaio grande), cutia, galinha-d'água, gato-do-mato, jabuti, jacaré, jacu, macaco-mão-de-ouro, Macaco-prego, mambira (tamanduá), nambu preto, onça, paca, peba, pica-pau, quandu (porco espinho), quati, raposa, sucuri, tatu-peba, tucano, veado e veado-catingueiro.

⁵⁸ As espécies estão listadas por nome popular, conforme apresentadas durante a entrevista.





As quebradeiras, seus modos de vida e as grandes questões globais

Quase todo mundo já ouviu falar em mudanças climáticas, perda de biodiversidade e em crise hídrica. Os noticiários trazem cada vez mais esses temas para a pauta e, também, destacam os encontros internacionais, em que os governantes de todos os países são chamados para debater e fechar acordos que buscam resolver, ou pelo menos amenizar, os grandes problemas (impactos) ocasionados por essas questões globais que afetam todos os seres vivos do planeta.

Diante disso, o que os babaçuais, as quebradeiras de coco babaçu e seus modos de viver, produzir e se organizar têm a ver com tudo isso? Muito, já que as comunidades rurais têm um papel fundamental na boa gestão territorial, que pode garantir áreas conservadas em quantidade e qualidade e, assim, gerar os serviços ecossistêmicos para manter as condições essenciais de vida humana no planeta.

A gestão territorial deve criar condições para o desenvolvimento de fato, que contemple multidimensões e não somente o crescimento econômico. Desenvolvimento que se sustenta,

também, em melhorias socioambientais locais e regionais, onde as pessoas vivem e se reproduzem socialmente. É nesse sentido que povos e comunidades tradicionais têm um papel fundamental, como as quebradeiras de coco babaçu, que lutam pelo direito de manter seus modos de vida e territórios tradicionais e que abrigam sistemas produtivos interligados com os babaçuais em pé.

Propiciar visibilidade e respeito aos povos e comunidades tradicionais, contemplando suas demandas de políticas públicas – a exemplo da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) – e reconhecê-las como estratégias para o país ainda é um grande desafio, mesmo diante de diversos tratados e acordos internacionais que ratificam a importância dessas populações para as questões globais.

A *Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima* afirma que redução do desmatamento e manutenção das florestas tropicais são fundamentais para o tratado cumprir seu objetivo maior de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, minimizando, assim, seus impactos no sistema climático da Terra.

O Brasil busca liderança e prestígio global nesse tema, assumindo compromissos e metas voluntárias de redução de emissões de carbono⁵⁹, a partir da redução do desmatamento e de queimadas. No entanto, deve-se mencionar que o governo brasileiro não fortalece ações de regularização fundiária e demarcação de territórios tradicionais – comprovadamente eficazes para a manutenção da floresta em pé.

Já a *Convenção da Diversidade Biológica* (CDB), ratificada pelo Brasil por meio da Política Nacional de Biodiversidade⁶⁰, reconhece que a utilização sustentável da biodiversidade é de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação e saúde da crescente população mundial. Aponta que é fundamental o papel da mulher na conservação e na utilização sustentável da diversidade biológica, e afirma a necessidade da plena participação feminina em todos os níveis de formulação e de execução de políticas para a conservação da diversidade biológica. Finalmente, aponta que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas dos países em desenvolvimento. É importante destacar

59 Fonte: <www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/o-compromisso-voluntario-do-brasil>, acesso em 8 jun. 2017.

60 Fonte: <www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-brasileira/pol%C3%ADtica-nacional-da-biodiversidade>, acesso em 8 jun. 2015.

que todos esses aspectos apresentados da CDB dialogam diretamente com a agenda política das quebradeiras de coco babaçu.

Mais recentemente, em setembro de 2015, a ONU adotou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que contempla 17 objetivos - os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - e 169 metas que devem orientar as agendas e políticas dos países-membros da ONU até 2030. Dentre esse conjunto de “bons direcionamentos” para o planeta, os objetivos 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; e 5. Igualdade de gênero dialogam diretamente com os benefícios que os modos de vida das quebradeiras de coco babaçu geram em suas regiões.

A estratégia de trabalho e mobilização das quebradeiras atende também a salvaguardas e critérios transversais de análise de projetos adotados por financiadores, como os utilizados pelo Fundo Amazônia, com destaque para os critérios de redução da pobreza por meio de alternativas de trabalho e renda dignas e sustentáveis na Amazônia Legal e de equidade de gênero.

Do mesmo modo, a atuação da iniciativa privada, com investimentos em infraestrutura e projetos de desenvolvimento regional, frequentemente traz impactos importantes, tanto do ponto de vista ambiental quanto do ponto de vista socioeconômico, que devem ser considerados até mesmo para o avanço dos ODS. O movimento social, especialmente o da Amazônia, tem suscitado discussões de diretrizes e recomendações para a atuação desses grandes empreendimentos, de modo que se minimizem os impactos negativos e se potencializem os positivos⁶¹.

Portanto, muito embora a atuação das quebradeiras pareça pequena e distante da realidade de muitas capitais brasileiras, sua atuação tem impactos positivos não somente em suas regiões, mas também em questões amplas, globais, por meio da conservação ambiental que promovem com o uso sustentável do babaçu. Cabe à toda a sociedade, em especial gestores e tomadores de decisão, reconhecer esse papel, valorizá-lo, contribuir para seu fortalecimento e garantir sua continuidade.

61 Recentemente o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV/EAESP e o *International Finance Corporation* (IFC/ World Bank) apoiaram uma série de encontros, o que resultou na publicação de lições aprendidas e diretrizes para esta interação. Fonte: <mediadrawer.gvces.com.br/grandes-obras/original/grandes-obras-da-amazonia_resumo_digital_3.pdf>, acesso em 07 jun. 2017.



Foto | Acervo ISPN/Peter Caton

VI *Recomendações para quem apoia*

O ISPN tem observado resultados muito relevantes no apoio a projetos de base comunitária, tanto para o meio ambiente quanto para a melhoria de vida das famílias. Para as organizações financiadoras que tenham interesse em apoiar projetos dessa natureza, por meio principalmente de projetos a fundo perdido, pontuamos algumas sugestões básicas.



Sugestões para apoiar pequenos projetos ecossociais



1 CONSIDERAR AS
ESPECIFICIDADES LOCAIS



2 PRIORIZAR PROJETOS
CONSTRUÍDOS DE FORMA
REALMENTE COMUNITÁRIA



3 INVESTIR NO FORTALECIMENTO
INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES



4 PROMOVER AÇÕES DE
CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE
PROJETOS



5 GARANTIR EQUIPE PARA
ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS



6 DESENVOLVER MECANISMO
ADEQUADO DE MONITORAMENTO
DOS PROJETOS



7 PREVER ALGUMA
FLEXIBILIDADE NO PRAZO DE
EXECUÇÃO



8 PROMOVER APOIO TÉCNICO



9 APOIAR O INTERCÂMBIO
DE EXPERIÊNCIAS ENTRE
COMUNIDADES





CONSIDERAR AS ESPECIFICIDADES LOCAIS

É necessário levar em consideração a imensa diversidade de realidades e de culturas. As formas de organização, as lógicas e a noção de tempo destas comunidades podem ser bastante peculiares e isso exige que o financiador se adapte. Em comunidades, é quase impossível que a associação não tenha pessoas da mesma família, por exemplo.

Da mesma forma, é preciso considerar as diferentes realidades. Alguns projetos, por exemplo, demandam um gasto relativamente grande com deslocamento, pois se tratam de comunidades muito isoladas, outros não conseguem preparar uma cotação de preços, pois estão em municípios pequenos, onde não existem três fornecedores diferentes. Nesse sentido, a dificuldade das instituições financiadoras em atuar a partir dessa compreensão impossibilita uma maior eficácia de sua ação com este público. Portanto, sugerimos que a organização financiadora preveja alguma flexibilidade nos prazos, nas exigências de prestação de contas e nos arranjos institucionais.



PRIORIZAR PROJETOS CONSTRUÍDOS DE FORMA REALMENTE COMUNITÁRIA

Ao longo de 22 anos apoiando projetos comunitários, aprendemos que o principal fator para o sucesso é que tenha sido proposto pela própria comunidade a partir de uma demanda real. Além disso, os projetos precisam ser acordados nas comunidades, para que todos estejam cientes da proposta e possam opinar e se envolver de alguma forma. Muitas vezes a comunidade não se apropria de ideias externas, por melhores que pareçam ser, por não dialogarem com seus anseios reais naquele momento.



INVESTIR NO FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DAS ORGANIZAÇÕES

O investimento no desenvolvimento organizacional ajuda os grupos de base comunitária a terem clareza de seu papel da organização, de sua missão, da função de cada pessoa, das rotinas que cada associado/a e colaborador/a devem assumir no dia a dia da instituição etc. É fundamental que as organizações estejam fortalecidas para que os projetos deem certo e não estimulem conflitos internos. Nesse sentido, permitir que parte do orçamento seja gasto com despesas administrativas (xérox, correio, telefone, luz etc.), impostos e formação de pessoal é bastante recomendável. O apoio à estruturação de organizações regionais com atuação mais abrangente, que possam dar suporte técnico àquelas de base comunitária, também pode ser uma contribuição bastante interessante.



PROMOVER AÇÕES PARA CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE PROJETOS

Recomendamos que a primeira etapa de todo o apoio conferido seja alguma ação de capacitação em gestão de projetos, que esclareça de antemão as regras e exigências dos financiadores, as cláusulas dos contratos, os formulários de prestação de contas. Isso pode ajudar muito as comunidades com pouca experiência. Além disso, esse investimento reduz consideravelmente o risco de má execução dos projetos apoiados, sendo, assim, de grande interesse para as organizações apoiadoras.



GARANTIR EQUIPE PARA ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS

A maior parte das instituições públicas encontra uma grande dificuldade na composição de sua equipe e praticamente não realiza monitoramento de projetos apoiados. Por sua vez, outras entidades de apoio também possuem equipe muito enxuta e, conseqüentemente, fazem acompanhamento de forma muito restrita. Outras vezes, o acompanhamento é feito por pessoas sem preparo para lidar com povos e comunidades locais.

A ausência de acompanhamento, ou se feito de maneira inadequada, traz alto risco à gestão dos projetos de organizações inexperientes. Portanto, recomendamos que as organizações invistam em um acompanhamento frequente e com equipe técnica preparada para que se minimize riscos de mau uso dos recursos, e, também, para que o apoio possa gerar aprendizados e resultados concretos, e não traumas, dívidas ou conflitos na comunidade.



DESENVOLVER MECANISMO ADEQUADO DE MONITORAMENTO DOS PROJETOS

O monitoramento de um pequeno projeto consiste no desenvolvimento de instrumentos adequados de acompanhamento da sua execução física e financeira. Esses instrumentos de verificação – os relatórios – devem ser simples e possuir uma linguagem acessível a diversos públicos.

Além dos relatórios, o monitoramento está estritamente relacionado aos canais de comunicação estabelecidos entre a equipe de coordenação da instituição de fomento e os projetos em execução. Deve ser um exercício sistemático e contínuo de reconhecimento e registro de mudanças/ resultados e dos meios que as comunidades adotam para alcançá-los.

Busca-se coletar informações sobre as atividades e resultados alcançados para confrontá-las ao plano original e verificar o que foi realizado e alcançado, e, quando possível, fazer adaptações frente aos desafios, dificuldades e oportunidades que surgem na execução do projeto, bem como gerar aprendizados. Portanto, o monitoramento, além de ser instrumento de verificação da execução de um Plano de Trabalho, é um instrumento de apoio à gestão dos projetos, processo no qual a comunicação é fundamental.

Dessa forma, sugerimos que em vez de realizar monitoramento unicamente na comunicação formal de resultados e atado a um Plano de Trabalho rígido, que o monitoramento tenha as seguintes características:

- ❖ Mantenha diálogo permanente com o proponente sobre estratégias e atividades, buscando verificar a necessidade de adaptação do plano de trabalho;
- ❖ Considere o aprendizado social de grupos ainda pouco experientes na execução de projetos;
- ❖ Inclua a verificação de resultados inesperados que, eventualmente, surgem no decorrer da execução dos projetos; e
- ❖ Gere informação qualitativa, passível de ser compartilhada com outros projetos.

Com isso, sugerimos que o processo de monitoramento permita a adequação física e orçamentária dos projetos ao longo de sua execução.



PREVER ALGUMA FLEXIBILIDADE NO PRAZO DE EXECUÇÃO

É muito comum que, mesmo programando, os projetos comunitários atrasem sua execução devido a razões diversas, desde um problema com uma organização parceira até a morte ou doença de um membro da coordenação, questões climáticas e de infraestrutura. Nem sempre as comunidades devem ser penalizadas por isso. Se o financiador tolera alguma flexibilização, ele permite que o projeto seja executado no tempo necessário, respeitando especificidades e apoiando as comunidades a atravessarem crises ou a resolverem seus problemas.

Adicionalmente, é preciso construir programas que permitam apoios mais longos que 2 anos, para que processos mais complexos e estruturantes possam ser apoiados e, assim, os resultados mais significativos sejam atingidos. O tempo necessário para uma mudança significativa pode ser bastante longo e os financiamentos precisam levar isso em consideração.



GARANTIR APOIO TÉCNICO

É importante que na oportunidade de executar um projeto, a entidade beneficiária receba algum tipo de assistência técnica. O proponente deve saber dimensionar a assistência técnica necessária para que o projeto seja implementado corretamente, mas quando não é o caso, o financiador deve sugerir a inserção.



APOIAR O INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS ENTRE COMUNIDADES

O intercâmbio de experiências entre comunidades é uma forma de se compartilhar conhecimentos em linguagem acessível, por pessoas que vivem em realidades semelhantes. Essa estratégia tem se mostrado, muitas vezes, mais eficiente do que o conhecimento passado por técnicos. A experiência vivida por uma comunidade pode estimular outras e evitar que recaiam nos mesmo erros. Muitos projetos exitosos já conseguiram influenciar comunidades vizinhas apenas com a divulgação boca a boca. Nesse sentido, o financiamento de tais intercâmbios de experiências de uma forma mais desenvolvida, inclusive contando com técnico que ajude a pensar a estrutura e os conteúdos a serem abordados na atividade, pode ser muito bem-sucedido.





Foto | Acervo ISPNI

VII Considerações finais

Ao transcorrer as páginas desta publicação, vemos que o universo do babaçu é vasto. O babaçu, mais do que um fruto de uma bela palmeira, é fonte de trabalho e renda, de segurança alimentar às comunidades e de oferta saudável de alimentos à população, de manutenção de ativos ambientais, além disso, é também um elemento cultural importante e é um símbolo de luta das mulheres quebradeiras de coco.

O coco é parte da identidade das quebradeiras, fonte de inspiração de suas lutas diárias e de uma cultura rica, que envolve vocabulário, diferentes expressões artísticas e um modo de viver próprios. Essa inspiração é visível na alegria de viver das quebradeiras, que se expressa de muitas formas: nas músicas, danças, piadas, no riso fácil, no jeito delas se olharem. Vemos que, mesmo em momentos de debates sobre temas complexos, elas nos dão uma lição de como superar as adversidades. É comum as quebradeiras serem referenciadas pelo carisma nos espaços onde estão presentes.

Vimos ao longo desta publicação que as quebradeiras de coco babaçu se unem em grupos organizados, em cooperativas e associações, e, dessa forma, obtêm um retorno muito maior do que o que teriam caso comercializassem individualmente. Em grupo elas ficam realmente mais fortes, inserem-se nos espaços políticos; buscam seus direitos e, assim, conquistam

muitos deles; acessam recursos de editais e patrocínios; influenciam tomadores de decisão e contribuem na formulação e na implementação de políticas públicas; geram conhecimento (incluindo produção acadêmica) e se aprimoram (em processos formativos, cursos, oficinas). Dessa maneira, as quebradeiras constituem um espaço onde podem apoiar umas às outras na conquista de melhores condições de vida e de trabalho.

A atividade de quebra do coco une mulheres de quatro estados (Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí) em torno de uma bandeira de luta – a conservação dos babaçuais e a valorização da atividade extrativista do babaçu. A criação de um movimento interestadual de mulheres tem permitido outros ganhos sociais que não se resumem apenas à valorização do extrativismo. Temas importantes como a violência contra a mulher, acesso a terra, educação, agroecologia e segurança e soberania alimentar e nutricional também compõem a pauta de discussão do movimento, em consonância com o preconizado em importantes tratados internacionais.

No aspecto econômico, as quebradeiras podem ensinar muito sobre a importância dos arranjos produtivos locais. O babaçu como carro-chefe já produz grande quantidade e diversidade de produtos – quando beneficiado, agrega ainda mais valor –, que as quebradeiras disponibilizam em diferentes tipos de mercado: institucional, formal e não formal. Os babaçuais não propiciam somente ocupação e renda, mas também material para construção de casas, alimentos, carvão para fazer funcionar seus fornos, além de segurança alimentar e nutricional a famílias, comumente de baixa renda e dependentes de programas sociais de renda mínima.

O recurso gerado pela comercialização, por sua vez, movimenta a economia local e, até mesmo, a nacional. No entanto, conforme mencionamos anteriormente, carecemos de pesquisas no tema que deem números reais do montante obtido com a atividade, tanto nos meios formais quanto informais, e, além disso, estudos que contabilizem outros benefícios gerados, como os ambientais e sociais.

Vale a pena destacar a aliança entre o econômico e o ambiental que existe no modo de viver e na estratégia de desenvolvimento para as regiões das quebradeiras, uma vez que a

atividade delas depende diretamente das matas conservadas. Elas são grandes defensoras das palmeiras de babaçu que, para elas, é uma mãe. Onde predominam comunidades de quebradeiras de coco, é nítido que há mais verde e mais diversidade na paisagem, o que se contrapõe às paisagens de grandes propriedades rurais devastadas pela produção de grãos ou criação de gado.

Nos últimos anos, devido a apoios como o do PPP-ECOS e muitos outros, houve mais valorização – ainda que incipiente – dos modos de vida dessas comunidades e dos seus produtos, como o babaçu. Percebemos que houve maior organização dos grupos comunitários, desenvolvimento de novos produtos com boa apresentação para o mercado, organização de espaços coletivos de venda, como feiras, que ofereceram maior visibilidade e reconhecimento.

Por fim, vale dizer que por meio das vivências com as quebradeiras, nos inspiramos com os valores e atitudes que elas expressam cotidianamente como: coragem, simplicidade, humildade, solidariedade, cuidado com o próximo, afetividade com o território, cuidado com os recursos naturais, resistência contra as adversidades, união, luta por direitos humanos e equidade de gênero e geração, determinação, dentre muitos outros.

Assim, elas nos ensinam que é possível criar meios de vida sustentáveis, capazes de gerar resiliência frente aos desafios econômicos, sociais e ambientais em curso. Se fosse possível levar a cada cidadã/o um pouco dos valores que aprendemos com as quebradeiras, certamente teríamos uma sociedade mais justa, solidária, equilibrada, próspera, sustentável e alegre.



Foto | Acervo SPN/Peter Cãton



Mãe Palmeira

Autora: Elisa Sette

Mãe das quebradeiras,
suas folhas as abraçam,
suas sombras as acalmam
e seus frutos as nutrem.

E suas filhas...
doces vozes de acalento,
cuidam da mãe palmeira,
da terra que as rodeiam
e das netas que hão de vir.



Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; NETO, Joaquim, Shiraishi; MESQUITA, Benjamin, Alvino (orgs.). **Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados**. 2a ed. – São Luís: MIQCB/ Balaios Typographia, 2001. 294p.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; NETO, Joaquim, Shiraishi; MARTINS, Cynthia Carvalho. **Guerra Ecológica nos babaçuais: o processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras da Amazônia**. São Luís, Lithograf, 2005. 186 p.
- ARAÚJO, Celso Emérito. **O estado da arte e potencial do babaçu para a agroenergia**. in: Congresso Brasileiro de Plantas oleaginosas, óleos, gorduras e biodiesel, 5.; Clínica tecnológica em biodiesel, 2., 2008, Lavras. Biodiesel: tecnologia limpa. Anais. Lavras: UFLA, 2008. Disponível em: <goo.gl/YiNHJ9>, acesso em 20 ago. 2016.
- ASSEMA, Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão. **Relatório Narrativo Semestral 2016**. Programa Local de Direitos: uma luta pelo direito a alimentações humano, educação e participação cidadã. Pedreiras, setembro de 2016. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/ugd/5aa7c8_354d1d8e18c14606a3a65482ded9a598.pdf. Acesso em jan. 2017.
- _____. **Relatório Narrativo Anual 2015**. Programa Local de Direitos: uma luta pelo direito a alimentações humano, educação e participação cidadã. Pedreiras, fevereiro de 2016. Disponível em: http://docs.wixstatic.com/ugd/5aa7c8_c559f7fd887e40d68bf09fb740677b45.pdf. Acesso em jan. 2017.
- AYRES JUNIOR, JOSÉ COSTA. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense**. 2007. 176 f. Dissertação em Geografia - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.
- CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. **Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2012. Disponível em <www.ispn.org.br/manual-tecnologico-de- aproveitamento-integral-do-babacu-2/>, acesso em 2 jun. 2017.
- CAVALLARI, Marcelo Mattos; TOLEDO, Marcos Miranda. **What is the name of the babassu? A note on the confusing use of scientific names for this important palm tree**. Rodriguésia, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 533-538, 2016. Disponível em < goo.gl/WmhHTX >, acesso em 15 ago. 2016.
- EMBRAPA ALGODÃO. **Oleaginosas Potenciais do Nordeste para a Produção de Biodiesel**, por Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão. Campina Grande, 2007. 53p.
- FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos babaçuais. Do espaço doméstico ao espaço público - lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2005. 198f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento sustentável) Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em <goo.gl/OkAETO>, acesso em 20 ago. 2016.

MARTINS, Renata Corrêa. **A família Arecaceae (Palmae) no estado de Goiás: florística e etnobotânica.** Tese (doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Biológicas, Departamento de Botânica, 2012.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Babaçu: Attalea spp. MART.** Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: MAPA/ACS, 2012. 24p. (Série: Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico)

PTDRS, 2006. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável – Território Rural do Bico do Papagaio/TO.** Fundação Cândido Rondon/Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT/MDA. 2006.

RÊGO, Josoaldo Lima; ANDRADE, Maristela de Paula. **História de Mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão.** Agrária, São Paulo, Nº 3, pp. 47-57, 2006.

SILVA, Miriam Rodrigues da. **Distribuição do babaçu e sua relação com fatores geoambientais na bacia do Rio Cocal, Estado do Tocantins,** 91p. (UnB-IH-GEA-LSIE, Mestrado, Gestão ambiental e territorial, 2008).

VIANA, João Paulo. **Texto para discussão: Operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade 2009-2013.** João Paulo Viana. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2015. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4616/1/td_2104.pdf>, acesso em 12 set. 2016.

VIDAL, Waldomiro Nunes; VIDA, Maria Rosária Rodrigues. **Botânica - organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos.** 4.ed.erv.ampl. – Viçosa: UFV, 2003.

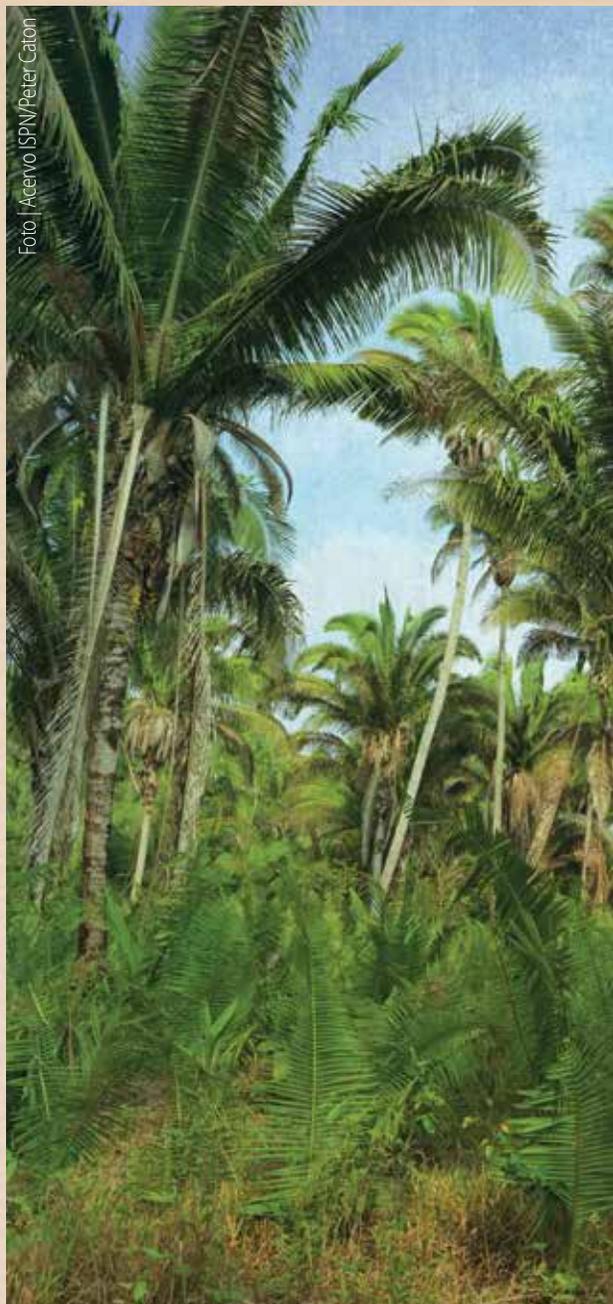




Foto | Peter Caton



Conheça as publicações lançadas pelo ISPN

Série Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo Sustentável

Buriti, Cagaíta, Capim Dourado e Buriti, Cascas de árvores, Coquinho Azedo, Fava d'Anta, Gueroba, Jatobá, Licuri, Mangaba, Pequi e Umbu.

Série Manuais Tecnológicos de Aproveitamento Integral

Pequi, Baru, Mel de Abelhas sem Ferrão, Buriti e Babaçu.

Outros temas

- ❖ Catálogo Cerrado que te Quero Vivo!
- ❖ Entraves para a produção agroextrativista
- ❖ Caderno de Normas Fiscais, Sanitárias e Ambientais
- ❖ Agricultores que Cultivam Árvores no Cerrado
- ❖ Recomendações para boas práticas de gestão administrativa e financeira de pequenos projetos
- ❖ Guia de elaboração de pequenos projetos socioambientais para organizações de base comunitária
- ❖ Guia de elaboração de projetos de agroindústrias comunitárias
- ❖ Programa de Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia – Portfólio 2013-2017

Publicações disponíveis gratuitamente no site www.ispn.org.br/publicacoes

